



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**MEMORIAL DE ATIVIDADES ACADÊMICAS (MMA)
PARA AVALIAÇÃO COM FINALIDADE DE PROGRESSÃO PARA CLASSE “E” DO
MAGISTÉRIO SUPERIOR (TITULAR DE CARREIRA)**

SÔNIA WEIDNER MALUF

**FLORIANÓPOLIS
SETEMBRO DE 2016**

“Nossos atos não são autosuficientes, mas condicionados. Atuarão sobre nós ao mesmo tempo em que atuamos, e nossa ‘responsabilidade’ descansa sobre a articulação de ambas as coisas”.

Judith Butler

*“Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no meio da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido, nunca desespera
E envolto em tempestade, decepada
Entre os dentes, segura a primavera”*

(João Apolinário)

“Se eu tivesse mais alma pra dar, eu daria...”

Djavan

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| I. | Dados de identificação _____ | 4 |
| II. | Apresentação _____ | 6 |
| III. | Os anos de formação pré-universitária _____ | 11 |
| IV. | A Universidade - Jornalismo, marxismo, feminismo... e muito mais _____ | 13 |
| V. | A formação antropológica – Mestrado e Doutorado _____ | 16 |
| VI. | Ensino - Graduação e pós-graduação _____ | 29 |
| VII. | Pesquisa _____ | 43 |
| VIII. | Extensão - Os impactos sociais da pesquisa e do ensino _____ | 68 |
| IX. | Política e gestão universitária _____ | 71 |
| X. | Encerrando – impermanências, resistências _____ | 74 |

I

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: Sônia Weidner Maluf
Filiação: Rage Maluf e Wally Weidner Maluf
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Santana do Livramento – RS
Data de Nascimento: 03/10/1960

Nome em citações: MALUF, Sônia Weidner; MALUF, Sônia W.; MALUF, S. W.; WEIDNER-MALUF, Sônia; WEIDNER-MALUF, S.; MALUF, Sônia.

I.1. Vínculo institucional:

Professora Associada IV
Departamento de Antropologia
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
SIAPE: 1158983
Data de ingresso: 31/03/1986
Endereço do CV Lattes: lattes.cnpq.br/8292062616231105
Bolsista CNPq – Pq1D

I.2. Endereço institucional:

Departamento de Antropologia
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Trindade
88.036-001 Florianópolis SC
Tel: 48.3721-4129
e-mail: sonia.maluf@ufsc.br
soniawmaluf@gmail.com

I.3. Formação acadêmica/Titulação:

1991 – 1996 - Doutorado

Anthropologie Sociale et Ethnologie
École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris
Título da Tese: *Les enfants du Verseau au pays des terreiros : les cultures thérapeutiques spirituelles alternatives au Sud du Brésil.*
Orientador: Carmen Bernand
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Paris - França

1991-1992 – Diplôme d'Études Approfondies (DEA) – Mestrado

École des Hautes Études en Sciences Sociales

Título da Dissertação: Le regard de la Prêtresse. Etude sur le tarot dans un groupe urbain brésilien (mémoire), Ano de obtenção: 1992

Orientador: Nicole Belmont

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Paris – França

1985- 1989 – Mestrado

Antropologia Social

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Área de concentração: Antropologia
Universidade Federal de Santa Catarina

Título da dissertação: Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição, Florianópolis

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Florianópolis - Brasil

1978 – 1984 – Graduação

Comunicação Social – Jornalismo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre– Brasil

Pós-Doutorado

2011 - 2012- Pós-Doutorado

Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux (Sciences Sociales, Politiques, Santé) (IRIS)

École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS,

Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Paris, França

2005 - 2005- Pós-Doutorado

GenderInstitute (GI)

London School of Economics and Political Science (LSE)

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Londres - Grã-Bretanha

2004 - 2005- Pós-Doutorado

Theory Culture and Society Centre (TCS)

Nottingham Trent University (NTU)

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Nottingham - Grã-Bretanha

II

APRESENTAÇÃO

Debruçar-me sobre mais de 30 anos de trajetória como docente da Universidade Federal de Santa Catarina é um duplo desafio. É, primeiramente, um desafio de conseguir lembrar de forma mais ou menos organizada todos ou pelo menos os principais e mais significativos eventos, momentos, experiências e feitos, nem todos anotados no Currículo Lattes nem documentados em atestados e declarações. Além disso, espera-se que os acontecimentos componham uma linha narrativa que dê a coerência necessária para definir uma trajetória. Quem vive a experiência do cotidiano do magistério superior sabe o quanto do que fazemos é determinado por circunstâncias e demandas institucionais e/ou acadêmicas, muitas vezes fragmentadas e contingenciais e nem sempre alinhadas a planos ou projetos previamente pensados.

Ao mesmo tempo, os caminhos reflexivos e narrativos para descrever uma trajetória de vida e de trabalho acadêmico também são múltiplos. Entre pensar em uma construção gradativa de uma carreira e de uma obra cumulativa envolvendo ensino, pesquisa, extensão e atividades de política universitária, e imaginar que de certa forma as questões centrais de hoje estiveram presentes desde o começo, o leque de possibilidades para conta da amplitude e da multiplicidade de um percurso é enorme. De todo modo, se existe algum fio nessa meada, certamente é minha disposição permanente de entrar com alma nos projetos. Mesmo os momentos de crise, em que questioneei minha “vocação” para a docência e a vida acadêmica, foram provocados por uma sensação de que minha “alma” e vontade estariam ou poderiam estar em outros devires profissionais.

Tem ainda uma terceira dimensão dessa construção narrativa de uma trajetória pessoal: a relação entre a singularidade de um caminho pessoal único, original e *sui generis* e a crença no princípio de que somos produto e resultado de nosso tempo histórico e lugar social. Esses dois aspectos são incontornáveis na narrativa que se desenrola a seguir. Por mais que o romantismo da autoconstrução e do autocultivo,

influenciado por uma moralidade assentada no individualismo enquanto valor que define em grande parte o *ethos* acadêmico, esteja presente, não apenas esse individualismo é produto de um tempo histórico e de uma condição social, como essa historicidade está presente com suas contingências em cada momento da formação e da atividade profissional.

Tendo passado os meus anos de aprendizado inicial e de formação universitária integralmente dentro do período dos governos militares e de suas políticas educacionais, até os sete anos de idade em uma cidade da fronteira do Brasil com o Uruguai e a partir dali em Porto Alegre, a contingência histórica parece ainda mais imperiosa - seria impossível descartar o contexto para refletir sobre o que foi esse caminho que relato aqui, desde os primeiros anos de minha formação e de minha construção como sujeito.

Nasci em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, um município que divide seu território com Rivera, município uruguaio. Meu pai, Rage Maluf, imigrante libanês, que chegou do Líbano na metade dos anos 1920, trabalhou alguns anos como caixeiro viajante e comerciante, e acabou instalando um comércio de secos e molhados bem na linha da fronteira, na rua principal que separa Livramento de Rivera; mãe, Wally Weidner Maluf, descendente de imigrantes alemães e nascida na comunidade de Hansa Humboldt, em Santa Catarina, na época distrito de Joinville e hoje, emancipada, município de Corupá. Família de onze filhos, uma do primeiro casamento de meu pai e os outros do casamento entre ele e minha mãe. Além dos sotaques de ambos, ele por ter chegado ao Brasil já adulto, e ela por ter nascido em uma colônia alemã e aprendido português com doze anos de idade, em casa falávamos oportunhol, ou português da fronteira, incorporando palavras, expressões e estruturas gramaticais do espanhol. Além do armazém, chamado Casa Maluf, que vendia erva-mate e fumo em corda, alimentos, panelas e outros utensílios de cozinha, tecidos entre muitas outras coisas, meus pais eram distribuidores de banana na cidade e arredores. Assim, na parte de frente da enorme casa de madeira pintada de azul claro ficava o armazém de duas portas, no porão ficava o depósito de bananas, e de outros produtos vendidos no armazém, e na parte de trás morávamos. A casa ainda tinha um pátio em que se criavam galinhas, patos e gansos, plantava-se milho e verduras, com algumas árvores frutíferas, e onde eu passava boa parte de meus dias. Tínhamos também uma égua, chamada Rúbia, utilizada para a tração da carroça que distribuía as bananas pelo comércio da região e alegria

minha e de meus irmãos pequenos. Além do cachorro, Dick, e de um tico-tico chamado Kim. Minha mãe, além de toda a labuta com os filhos, trabalhava no armazém, carregando e repondo mercadoria, atendendo no balcão, conversando com os fregueses. Meu pai recebia no armazém, nos finais de tarde, outros imigrantes sírio-libaneses que se reuniam para jogar xadrez e conversar em árabe sobre as novidades do dia. Nunca aprendi o idioma, além do alfabeto e de alguns números, mas a sonoridade da língua falada, os números e as letras do alfabeto árabe estiveram presentes nos meus primeiros anos. Meu pai recebia sistematicamente revistas e livros em árabe e era um leitor contumaz também em português; todos os dias devorava, da capa à última página, o jornal *A Plateia*. Foi nesse jornal que iniciei meus primeiros passos na leitura, primeiro mimetizando meu pai, às vezes com o jornal de cabeça para baixo, inventando notícias como se as tivesse lendo em voz alta. Depois que aprendi a ler, passei muito cedo a ser eu mesma uma leitora contumaz, não só de livros infantis, mas também de notícias, da seção de adivinhas e anedotas, que se bem me lembro tinha o título de *Bric à Brac*, das enciclopédias já bastante usadas e gastas pelos meus irmãos e irmãs mais velhas. O rádio era uma presença frequente em casa, do noticiário à radionovela, e quando a tomada do poder pelos militares foi anunciada, lembro muito vagamente, porque só tinha 3 anos e meio, de meus pais em alvoroço pela casa, quase em pânico, e minha mãe gritando ao pai: “coloca a bandeira”. A bandeira do Brasil que tínhamos em casa era enorme, oficial, com as letras e as estrelas bordadas sobre o pano. Estrangeiro com comércio na fronteira do país era obrigado a ter uma bandeira oficial. Pelo menos foi o que me contaram. Anos depois essa bandeira, já puida seria desfraldada pela gurizada da rua em que morávamos em Porto Alegre, quando o Brasil ganhou a copa de 1970. Até que um dia, de tão gasta e comida pelas traças, foi entregue aos bombeiros.

Tendo detestado o jardim de infância, nos poucos dias em que o frequentei, saudosa do pátio de casa, aos seis anos ingressei em uma turma experimental de primeiro ano, no Grupo Escolar Professor Chaves. Eu era a oitava dos filhos, a menina mais nova, mas tinha ainda três irmãozinhos menores, o último nascido seis meses antes da grande mudança para a capital. Antes do final da Primeira Série, com o adoecimento de meu pai, e a uma cirurgia que teve que fazer em Porto Alegre, onde já moravam cinco irmãos e irmãs que estavam nos anos finais do Científico (ensino médio da época) e nos primeiros anos da faculdade, a família decidiu se mudar para a cidade. Eu

preferiria ter ficado, mas já no trem Minuano, que fazia o trajeto da fronteira à capital do estado em 18 horas, com o pescoço e a cabeça enrolados em panos, em função da caxumba, imaginei Porto Alegre como uma cidade de paredes de vidro, talvez influenciada pelas vitrines que apareciam nos anúncios de revistas, e despertei minha curiosidade pela nova morada. Em Livramento não tínhamos televisão, mas lembro de a ter assistido uma ou duas vezes na casa da vizinha. Era 2 de novembro de 1967 quando minha mãe chegou em Porto Alegre acompanhada de minha avó e dos quatro filhos menores: eu com sete anos recém feitos, os outros com quatro, três, e o caçula com seis meses. Muita coisa mudou a partir daí. Perdi o quintal enorme onde brincava e tive que muito rapidamente aprender a falar o “português de Porto Alegre”.

Como era final de ano, e eu havia completado sete anos em outubro, foi com certa resistência que fui aceita na escola para finalizar o primeiro ano. Era o mês das provas e exames, e minha primeira experiência de escola em Porto Alegre foi essa, mais uma vez detestando ter que estar ali. Com a esperança de que, se finalizasse muito rapidamente as provas, poderia voltar logo para casa, respondia às questões o mais rápido que podia, entregava a prova para a professora e me frustrava com a ordem de voltar ao meu lugar e esperar até o final da manhã.

Fiz parte do Ensino Primário nessa escola, o Grupo Escolar Rio Branco, e no final do quinto ano passei no exame de admissão no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde estudei da sexta série ao terceiro ano do segundo grau.

Minha formação foi integralmente feita em escola pública, uma escola que, com todas as fragilidades, ainda guardava alguma qualidade decorrente do investimento público feito durante os governos anteriores ao golpe militar. O descaso e a falta de apoio e estímulo por parte do governo foram chegando aos poucos e foi só mais tarde que os efeitos começaram a ser sentidos. Entre o 1º e o 5º ano, feitos no Rio Branco, a presença militar era dada pelos ritos escolares de cantar o hino nacional e hastear a bandeira do Brasil todos os dias antes de iniciarem as aulas; pela energia e horas de ensaio despendidas na preparação do desfile do dia da Independência; nas aulas obrigatórias de Educação Moral e Cívica, em que, entre lemas e flâmulas, os direitos eram explicados como efeitos e consequência direta do “dever cumprido”. Na televisão, que agora já tínhamos, o telejornal mostrava um Brasil cívico e sorridente, muito

eventualmente mostrava as derradeiras manifestações de rua antes do AI-5 e já na virada para a década de 1970, transformava os 90 milhões de brasileiros em torcida nacional.

Antes de prosseguir, é importante falar de uma dimensão constituinte do que sou hoje, que já apareceu fortemente nesses primeiros anos: o prazer de ler. Meus anos de formação escolar introduziram de modo definitivo em minha vida a dimensão da leitura – comentei mais acima que meu pai era um leitor contumaz e eu própria me tornei muito cedo uma leitora voraz. Criança, além de ler os livros que me chegavam às mãos, o jornal diário, revistas e muitos gibis, costumava pegar livros emprestados de vizinhos e amigos. Lia de tudo, aos 10 anos, toda a coleção do Sítio do Pica-pau Amarelo, de Monteiro Lobato; um pouco mais tarde toda a coleção em espanhol das tiras da Mafalda; a partir dos 12, Kafka, Hermann Hess, Hemingway, mas também os clássicos da literatura brasileira: Machado de Assis, José de Alencar, Aloísio Azevedo e vários outros (meu irmão Eduardo era distribuidor e divulgador da editora Ática, o que permitia ter dentro de casa quase tudo o que havia sido publicado por essa editora no período). Em seguida, a literatura latino-americana: durante anos fui aficcionada de Cortázar, que “me tocava de perto”, como gostava de dizer. A vontade e o prazer de ler são companheiros de vida. Considero que a literatura me formou tanto ou mais que os textos acadêmicos, antropológicos, filosóficos ou sociológicos, que tomaram conta de minha vida anos depois. Certamente isso teve efeitos sobre minha forma de escrever; lembro de minha orientadora de mestrado comentando, após a leitura de alguns capítulos que lhe havia passado: “o texto está muito pouco acadêmico”. A narrativa científica e acadêmica foi um aprendizado, mas muitas vezes me percebo lutando entre dois estilos, um mais ensaístico, que eu gosto de chamar de “escrita com alma”, ou “com os ossos”, para usar uma imagem de Natalie Goldberg, e outro mais puramente acadêmico, se é que isso existe, em que a fluidez da narrativa precisa ser entrecortada com provas, citações, referências, tudo o mais que legitime e valide o que está sendo dito. Para este memorial não é diferente: eu me esforço para não mimetizar os artigos de periódicos indexados e para deixar que as reflexões possam fluir sem tanta nota de rodapé; por outro lado, preciso evidenciar os fatos de minha trajetória que justifiquem receber a titularidade na docência. Para isso, além desta narrativa, anexo um CD com comprovantes das atividades que considero mais importantes e, no caso das

publicações, apenas aquelas que não podem ser acessadas via internet. As demais citadas aqui, e que não esgotam a produção relatada no Currículo Lattes, constarão com o endereço de acesso.

III

OS ANOS DE FORMAÇÃO PRÉ-UNIVERSITÁRIA

Com fama de ser uma escola experimental, com uma formação sólida e ao mesmo tempo “moderna”, o Colégio de Aplicação era também espaço de estágio das licenciaturas da UFRGS. Na matemática, trabalhávamos com os “blocos lógicos”, e nas aulas de história e geografia era comum o uso do método do GV/GO, Grupo de Verbalização e Grupo de Observação, como estímulo ao debate e à abordagem de temas polêmicos, que envolviam de forma apaixonada os estudantes. Muito cedo mergulhamos na literatura, para meu grande prazer, e a Biblioteca da escola era para mim um espaço em que despendia algumas horas por semana.

Mas mesmo com sua proposta pedagógica inovadora, o Colégio estava submetido ao contexto de vigilância e controle repressivo dos sucessivos governos militares e seus funcionários escolares, principalmente por estar sediado dentro do campus central da UFRGS, no prédio da Faculdade de Educação. O grêmio estudantil, a CACA (Comunidade dos Alunos do Colégio de Aplicação), dirigido pelas turmas mais avançadas (em geral 1º e 2º anos do Colegial), se fazia presente nas horas de recreio, tocando vinis de bandas nacionais e estrangeiras (lembro particularmente de ouvir intensamente Beatles, Pink Floyd, The Who, e também Elis Regina, Chico Buarque e as bandas e músicos locais, como os Almôndegas, Hermes Aquino, Bebeto Alves). A cidade de Porto Alegre dos anos 1970 foi palco de uma efervescência musical, principalmente com bandas de rock e pop rock. Os programas musicais da Rádio Continental eram cultuados por jovens de camadas médias urbanas, como o Mr. Lee, posteriormente Mestre Julius, o Cascalho Times, entre outros. Mas a CACA também tinha um jornal, chamado *O Berro*, produzido pelos próprios estudantes, que publicava

de contos e poesias feitos pelos alunos a textos sobre as demandas estudantis.

A inserção física do Colégio de Aplicação na UFRGS, e a proximidade com o IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), e em particular com o DAIU (Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados), que envolvia os estudantes dos cursos do IFCH, fez com que os estudantes do Aplicação entrassem muito cedo em contato com o movimento estudantil universitário, e assim, mesmo nos duros anos de repressão, tínhamos acesso a ciclos de cinema, apresentações de bandas universitárias, grupos de teatro alternativo e a debates e pequenas manifestações contra a ditadura, ainda restritos ao interior do campus. Com a literatura e a música, o cinema foi outro espaço de espanto e imersão prazerosa: Godard, Bergman, Bunuel, Herzog, Costagavras, Saura... Em 1976, quando eu estava no 2º ano do Colegial, com o aumento do ativismo político entre os estudantes secundaristas do Aplicação, a direção da escola resolveu intervir na CACA. Em resposta, publicamos um manifesto contra a intervenção, assinado pelo Conselho de Representantes de Turmas. A direção da escola chamou um a um dos representantes isoladamente e perguntou se haviam concordado com o manifesto. Nesse momento, mapeou as lideranças do movimento e decretou a expulsão de vários alunos e alunas, entre eles estava eu. Com a reação das mães e pais, a direção acabou recuando da expulsão, mas nos obrigou a assinar um termo de compromisso para que pudéssemos retornar em “matrícula condicional”, o que significava que, ao primeiro deslize, seríamos expulsos definitivamente. Essa experiência teve um efeito de jogar fermento no desejo de participação política e de engrossar o caldo das mobilizações contra a ditadura. Mesmo vigiados e ameaçados, publicamos um número do jornal *O Berro* com vários artigos de denúncia da situação repressiva da escola, entremeados de frases de teóricos marxistas, como Antonio Gramsci: “A verdade é sempre revolucionária”.

Os anos finais do ensino médio (na época, Colegial) e os iniciais da graduação, foram de experimentação em várias áreas. Além do ativismo estudantil, participei de grupos de teatro experimental, ensaios musicais na casa de amigos (eu estudava flauta transversal).

Aos 17 anos, com um dilema enorme quanto ao curso universitário que iria fazer, acabei optando pelo Jornalismo, mas não descartava o desejo de ingressar na segunda, terceira ou quarta opções: Ciências Sociais, Letras e Instrumentos Musicais. Por outro lado, também me encantavam a Biologia e a Matemática. Definitivamente, era

difícil escolher. Acabei passando no Vestibular na primeira opção, e em 1978 ingressei no curso de Jornalismo da UFRGS.

IV

A UNIVERSIDADE: JORNALISMO, MARXISMO, FEMINISMO... E MUITO MAIS

O curso de Jornalismo da UFRGS, ligado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), era em 1978 um espaço de efervescência política e cultural. No intervalo das disciplinas cursadas, eu frequentava as atividades do DABICO (Diretório Acadêmico de Biblioteconomia e Comunicação), que incluíam reuniões de organização do movimento estudantil, debates sobre a conjuntura nacional e atividades dentro e fora da Faculdade. Era um momento de mobilizações estudantis nas ruas, passeatas e concentrações no centro de Porto Alegre, em torno das bandeiras de liberdades democráticas e anistia ampla, geral e irrestrita. Como parte da diretoria do DABICO, comecei a participar do Comitê pela Anistia, que reunia diversos movimentos e associações e que organizou diversas atividades, entre elas a grande vigília pela anistia, na Catedral Metropolitana em 1979.

Durante o primeiro ano de Faculdade, eu e alguns colegas egressos do Aplicação formamos um grupo de estudos de marxismo, nos encontrando todo sábado à tarde para debater textos de Bárbara Freitag, Tomás Vasconi, Louis Althusser, Wilhelm Reich, Ernest Mandel, Michel Löwi, entre outros autores. Uma parte das tardes de sábado era despendida com o grupo de estudos, outra parte com música de garagem. Éramos jovens e queríamos tudo: as grandes teorias que nos ajudariam a entender e a transformar o mundo, e o lúdico da música, do cinema, do namoro e das festas e caminhadas pela cidade, que efervescia de shows, cinema, teatro e fins de noite em bares, onde discutíamos de sexualidade a revolução.

Cedo comecei a trabalhar em jornalismo, escrevendo e editando jornais estudantis, participando da sucursal gaúcha do jornal *Em Tempo*, na época uma frente

jornalística de esquerda que dividia a cena do jornalismo alternativo com outras publicações. Fui também *freelancer* da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, que publicava o *Coojornal* e fazia a edição de diversos jornais de sindicatos e associações. Virei muitas noites escrevendo matérias que tinha de entregar à redação no dia seguinte, e fazia essa atividade com grande envolvimento e prazer. Trabalhei também, durante o ano de 1981, na FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional -, produzindo material audiovisual sobre a questão da terra, a ser utilizado pelos movimentos dos trabalhadores rurais e pelo muito recente Movimento dos Sem Terra (MST).

Paralelamente ao curso de Jornalismo e ao trabalho profissional, participava ativamente do movimento estudantil. Em 1980 formei, com colegas da UFRGS, o grupo feminista universitário Liberta, que editava um jornalzinho de mesmo nome e que promoveu diversos debates e atividades na universidade, entre elas a famosa “Invasão feminina da Casa dos Estudantes da UFRGS”, em abril de 1980 (ver o vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=TDn7blxpnu0>), com cerca de 800 universitárias.

A atividade feminista dentro do movimento estudantil foi intensa durante alguns anos, e era alimentada pela leitura de textos vindos dos movimentos de esquerda e de feministas da França e de Portugal, que tematizavam as questões ou “reivindicações específicas” das mulheres, como o direito ao aborto e à contracepção, a luta contra a violência, a luta pelo salário igual ao dos homens, sexualidade e direito ao próprio corpo, além de alguns livros feministas ou sobre a questão da mulher publicados no Brasil, entre eles *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels; *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir; e a coletânea de estudos antropológicos feministas *A mulher, a cultura e a sociedade*, organizado por Michelle Rosaldo e Louise Lamphere, publicado no Brasil em 1979, e que mais tarde releria nas aulas do mestrado em Antropologia.

Ainda no final dos anos 70 e início dos 80, participei ativamente da criação do Partido dos Trabalhadores, em Porto Alegre, esforço que envolveu a organização de esquerda da qual participava e que no movimento estudantil da UFRGS correspondia à tendência Peleia.

Em 1981, foi organizado em Porto Alegre o Simpósio Alternativas do EspaçoPsi, pelo grupo Embrião, um núcleo de estudos e ação em psicologia, com a

proposta de discutir “o que há de novo dentro do espaço psi” e pensar criticamente o campo da saúde mental” (EMBRÍÃO, *Alternativas do espaço psi*, 1982). Particpei da mesa Mulher e Sexualidade, representando o Liberta, juntamente com representantes do grupo Ação Mulher e do Movimento da Mulher Pela Libertação (MML), propondo, no lugar de uma palestra, um exercício de reflexão coletiva, com a fala aberta às participantes para que expressassem suas experiências – método similar ao dos encontros de consciência, ou de reflexão, que exercitávamos no Liberta e comum aos grupos feministas no período. A variedade de linhas de trabalho e de ativismos no campo psi presentes nesse simpósio (militantes da área da saúde, psicanalistas e psicoterapeutas brasileiros e argentinos, gurus e terapeutas orientais, terapeutas reichianos etc.) me sinalizaram algumas questões para as quais só alguns anos mais tarde eu voltaria minha atenção.

Durante um período, ainda na universidade, passei a realizar um tipo de assessoria feminista no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, cidade industrial próxima a Porto Alegre, atividade que ocupava dois dias da semana, as quartas em reuniões com as mulheres metalúrgicas, e os sábados em reuniões nos bairros em que moravam os operários, fazendo formação política com moradores, sindicalizados e militantes comunitários. O trabalho e as atividades ligadas à militância feminista e à esquerda fizeram com que as disciplinas de jornalismo fossem deixadas de lado até o ano de 1984, quando decidi parar tudo e finalizar o curso. Nesse ano, retornei à faculdade e fiz cerca de vinte disciplinas, enquanto trabalhava como assessora de imprensa do Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul. Ainda cursando o último semestre, resolvi prestar a seleção para o mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse era um projeto um tanto vago que cultivava desde o ano anterior, quando via se esgotarem minhas energias voltadas à militância política e ao mesmo tempo não me agradava a ideia de me formar e ingressar em algum veículo da grande mídia, ainda mais com as opções limitadas que havia em Porto Alegre no período: RBS e Companhia Jornalística Caldas Júnior (que já dava os primeiros sinais de uma crise que a obrigaria a encerrar seus veículos no ano seguinte). Além disso, havia um certo esgotamento da energia política com o final da ditadura, e um desgaste pelos embates sistemáticos, sempre ligados à dupla militância feminista e de esquerda (uma militância feminista dentro da esquerda e uma militância de esquerda

dentro do feminismo). Retornar à universidade me fez reencontrar de forma mais sistemática e organizada uma atividade que desde a alfabetização sempre me deu enorme prazer: ler e estudar, e isso começou a me acenar novas perspectivas no horizonte.

Meus anos universitários foram plenos e múltiplos, intercalando trabalho profissional, militância política em várias frentes, do movimento estudantil ao feminista, da organização partidária ao jornalismo alternativo, e o cultivo de uma formação humanística que se deu, em grande parte desses anos, fora da universidade, nas leituras marxistas e feministas que alimentavam minhas atividades e meu imaginário. Além do desejo de um estudo mais sistemático e do retorno definitivo à atividade de ler e escrever.

Feita a seleção para o mestrado na UFSC, passei em primeiro lugar e acabei me mudando para Florianópolis em fevereiro de 1985, com bolsa, tempo e dedicação exclusiva para um mergulho em novas águas.

V

A FORMAÇÃO ANTROPOLÓGICA MESTRADO E DOUTORADO

O Mestrado – antropologia, gênero, narrativas

MALUF, Sônia Weidner. *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas de bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. 1989. 224 p.
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75534/78916.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Cursar o primeiro ano de mestrado com bolsa me permitiu um mergulho nos estudos antropológicos e sociológicos, assumindo uma carga de leitura para além dos textos sugeridos pelas disciplinas. Quando ingressei no mestrado, o Programa de Pós-Graduação ainda era em Ciências Sociais, com Área de Concentração em Antropologia

e a duração era de quatro anos. Em função disso, cursei disciplinas de Antropologia e Sociologia: Teoria Antropológica e Antropologia da Música, com Rafael José de Menezes Bastos; Teoria Sociológica, com Maria Ignez Paulilo; Antropologia das Sociedades Complexas, Papéis Sexuais e a questão da Mulher e Antropologia Simbólica, com Jean Langdon; Teoria dos Movimentos Sociais, com Ilse Scherer-Warren; Crise e Redefinição do Pensamento Social, com Eduardo Viola e Maria José Reis.

O projeto que apresentei no processo de seleção de alguma forma tinha a ver com minha formação universitária e propunha uma abordagem antropológica da mídia no Brasil, com foco no *Jornal Nacional*. No entanto, com as primeiras disciplinas cursadas, principalmente a de “Papéis sexuais e a questão da mulher” (com minha orientadora, Jean Langdon), para a qual escrevi um trabalho final sobre o imaginário em torno das bruxas na Lagoa da Conceição, decidi mudar de projeto e pesquisar esse tema para a dissertação. Morando no Canto da Lagoa durante praticamente todo o mestrado, minha pesquisa de campo estendeu-se por um longo período, no qual realizei uma imersão na vida cotidiana dessa comunidade, com algumas incursões em outras comunidades do entorno da Lagoa. Sinais do que viria a ser em breve um processo acelerado de transformação do lugar já começavam a aparecer, como o assalariamento da população e a venda das terras para uma classe média e alta urbana vinda de outros estados. Mesmo assim, em vários aspectos o cotidiano ainda guardava um ritmo que remetia à vida da pesca e da agricultura de subsistência, do plantio do café e da mandioca e dos engenhos de farinha.

Entre leituras, reflexões e escrita, o cotidiano da Lagoa da Conceição passou a ser o meu dia a dia, com mergulhos nos dias de calor, mas também de frio, ajuda no parto caseiro do filho de um casal amigo e vizinho, crianças saindo da escola e jogando futebol no quintal da minha casa, e até farra do boi acontecendo ali mesmo, com um boi entrando pela varanda, num dia de abril. Lembro, como se fosse hoje, que nesse dia, ao voltar mais tarde para casa, encontrei uma enorme mancha escura na relva, do lado de fora da janela da sala (na casa onde hoje fica o restaurante do Deca); depois descobri que ali mesmo a vizinhança havia feito a partilha da carne bovina, no meio do meu quintal. A ausência de algumas barreiras entre a vida privada e a vida da comunidade fizeram parte do campo da pesquisa.

Minhas incursões por outras comunidades, como a Costa da Lagoa e o Rio Vermelho, me davam uma ideia mais precisa dessas atividades. As falas do cotidiano apontavam para modelos hierárquicos de gênero, em que a autoridade reconhecida era a masculina. No entanto, as recorrentes e abundantes narrativas sobre mulheres bruxas que realizavam malefícios, e cujas vítimas eram bebês recém-nascidos e pescadores, começavam a me proporcionar um contraponto a essas falas.

A leitura de antropólogas feministas, como Sherry Ortner, Michelle Rosaldo, Marilyn Strathern, Harriet Whitehead, entre outras (principalmente nos livros *A mulher, a cultura e a sociedade*; *Nature, culture and Gender*, *Sexual Meanings: the Cultural Construction of Gender na Sexualidade* e *Female Power and Male Dominance: on the Origins of Sexual Inequality*) - que traziam etnografias que evidenciavam diferentes configurações de gênero, hierarquia e poder nas sociedades em que pesquisaram, mostrando modos informais de poder e autoridade das mulheres -, foi uma grande inspiração para pensar o lugar social dessas histórias de mulheres de poder representadas pelas bruxas. Também a discussão da historiadora Michelle Perrot, em torno dos excluídos da história, de que, em uma perspectiva historiográfica, seria possível afirmar que as mulheres, mesmo não detendo o Poder, no caso o poder cardinal do Estado, detinham “poderes” foi uma contribuição valiosa para minha análise.

Essas leituras me ajudaram a enfrentar um nó analítico e teórico trazido pela pesquisa de campo: que lugar dar a essas histórias contadas pelos moradores em torno das bruxas – figuras femininas com poder para desestruturar a vida tanto no universo doméstico e familiar quanto no universo do trabalho masculino, principalmente a pesca? Um primeiro ponto de partida foi a diferença entre os “modelos ideais” apresentados pelos moradores em relação à estrutura das relações familiares e de trabalho e sobre os “papeis masculinos e femininos” e, de outro lado, suas “práticas e representações que aparecem com uma investigação mais esmerada”.

[...] se é a autoridade masculina que é pública e legitimamente reconhecida dentro e fora do grupo familiar, isso não significa que a família esteja centrada unicamente em torno dela, ou que todo o poder seja identificado com a autoridade masculina. Os discursos de ambos, homem e mulher, reconhecem que a autoridade e a chefia legítima no interior da família é a masculina. Mas esse é um modelo público, uma das fases de uma situação que é bastante mais complexa no que se refere ao exercício da autoridade e do poder. (MALUF, *Encontros perigosos*, 1989, p. 38-39)

O interessante dessa passagem é que ela reconhece modelos analíticos nativos sobre gênero e família. No decorrer do argumento apresentado na dissertação, outros modelos, representados pelas narrativas de bruxas e embruxamentos, são descritos, ajudando a configurar melhor a diferença entre autoridade pública masculina e poderes exercidos pelas mulheres. Foi em torno dessa disparidade de modelos interpretativos das relações sociais, e particularmente das relações de gênero, que a análise das narrativas emergiram como o foco do trabalho, expressando esses poderes intersticiais e eventualmente invisibilizados que as mulheres exerciam.

A perspectiva de realizar uma “análise antropológica de narrativas”, tal como defino no subtítulo da dissertação, estimulou-me a lançar mão de vários recursos analíticos, teóricos e conceituais. E ao mesmo tempo me desobrigava de um compromisso com a literalidade da transcrição. As narrativas não foram gravadas, foram transcritas exaustivamente após cada situação em que me eram contadas. À medida em que fui me aprofundando nessa técnica, mais longas e detalhadas ficavam as transcrições. A pesquisa de campo, intensiva, ocorreu ao longo de mais de um ano e meio, sendo que, morando na comunidade, o contato e a convivência com os interlocutores se estendeu por mais tempo. Foi no primeiro capítulo da dissertação que relatei o cotidiano da comunidade nos arredores da Lagoa da Conceição.

Reconheço na dissertação que não analisei as situações de performance narrativa nas situações em que elas são realizadas no cotidiano da vida social e nos seus cenários apropriados. No entanto, a riqueza de detalhes com que eram contadas me permitiam vislumbrar e descrever esses cenários. Além disso, as situações de pesquisa em que as narrativas me eram contadas configuravam-se, elas próprias, em situações de performance.

A análise das narrativas se desdobra em dois capítulos. No capítulo 2 busco analisar o “processo narrativo” e a forma como elas se estruturam internamente, para isso utilizo o conceito de “drama social” de Victor Turner e alguns elementos da análise estrutural da narrativa, de Vladimir Propp e Tzvetan Todorov, que buscam pensar a narrativa não a partir de sequência de eventos, mas a partir da relação de transformação que existe entre uma unidade (evento) e outra da narrativa. Além disso, explorando a distinção estabelecida por Todorov entre sequência mitológica e sequência epistêmica

da narrativa, concluo que as narrativas de bruxaria combinam as duas dimensões, articulando sucessão por oposição ou negação (criança doente, criança saudável) pela sucessão por intenção ou realização (em que a percepção do acontecimento iguala-se ou supera em importância o próprio acontecimento). Outro aspecto discutido nesse capítulo está ligado ao que Greimas e Courtés (s/d) denominam estrutura polêmica subjacente ao conto maravilhoso. Essa estrutura polêmica se realizaria nas narrativas analisadas através do confronto entre a bruxa e sua vítima ou entre a bruxa e a benzedeira (representantes de duas formas de poder). Mas, para analisar esse “conflito subjacente”, nas narrativas, dialogo com Favret-Saada, resgatando a autonomia da narrativa em relação a seus determinantes sociológicos. A narrativa seria, assim, um “discurso de guerra”, que muito mais do que representar referencialmente conflitos pontuais, sintetiza conflitos subjacentes à própria estrutura social, entre eles os conflitos de gênero e aqueles relacionais às dimensões de autoridade e de poder.

No capítulo 3 busco entender a figura da bruxa como marcador e organizador cosmológico em relação a “outro mundo” – o mundo das bruxas. Nele, busco fazer uma leitura dos modos como a bruxa é a figura que desloca os modelos de gênero formais de autoridade e poder, invertendo-os e evidenciando o que seriam os poderes das mulheres, invisibilizados por esses modelos públicos. Nesse capítulo, a temática de gênero é mais profundamente explorada, a partir da relação entre diferentes modos com que a bruxa se apresenta nas narrativas: mulheres em diferentes situações sociais e subjetivas e mulheres em diferentes situações de poder. Essa questão terá como desdobramento uma análise mais detalhada feita no capítulo 4, da figura da benzedeira enquanto personagem das narrativas. Nesse capítulo, os poderes subjacentes das mulheres, para além da bruxa, ganham mais evidência.

No capítulo 5 aponto também para a necessidade de se pensar a bruxaria da tradição ocidental moderna para além das práticas inquisitoriais, buscando compreendê-la “de dentro” das próprias culturas e do ponto de vista de seus protagonistas. As conexões com a bruxaria europeia são exploradas a partir de um diálogo com historiadores que se debruçaram sobre fenômeno, buscando, inspirada em Carlo Ginzburg, fazer uma análise morfológica e comparativa, em detrimento de estabelecer um traçado histórico da “crença em bruxas” ou mesmo de perspectivas difusionistas que predominam em alguns estudos. A abordagem adotada nesse capítulo é a de evidenciar

a bruxaria como fenômeno das culturas populares, não redutível à ideia de ter sido um mero instrumento de perseguição política, uma invenção das elites dominantes, como sugere Marvin Harris, perdendo assim sua especificidade. A partir das perspectivas de Mikhail Bakhtin (em particular, *Cultura Popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais*) e Carlo Ginzburg (*O queijo e os vermes* e *Os benandanti*), de enfatizar as concepções próprias às culturas populares e do princípio de circularidade dos níveis culturais, e da discussão de Laura de Mello e Souza sobre a vertente popular do imaginário colonial no Brasil, busco evidenciar as narrativas de bruxaria a partir de sua atualidade e com a possibilidade de pesquisar diretamente junto aos narradores e protagonistas. É bom lembrar que as fontes da maior parte dos historiadores foram os arquivos da Inquisição, buscando o que poderiam conter de expressões populares ou locais.

No capítulo 6 as principais conclusões da pesquisa são sistematizadas: a bruxa como discurso sobre o poder, a bruxaria como cosmologia e como dispositivo para, à semelhança do que descreve Lévi-Strauss para o mito (1978), trazer à tona contradições subjacentes à organização social, mas estruturantes da cultura. As narrativas fariam de um inconsciente social, um imaginário social não revelado em outros planos de seus discursos. Falando desses níveis menos visíveis nos modelos e discursos públicos, as narrativas, diante do acelerado processo de urbanização e modificação demográfica, seriam também demarcadores de diferença e de identidade.

Relendo o trabalho, a uma distância de 27 anos, percebo o quanto ele dialoga com questões emergentes na antropologia naquele momento: é possivelmente um dos primeiros trabalhos de antropologia da narrativa feito no Brasil - linha de trabalho que desenvolveu-se de lá para cá, constituindo-se hoje em uma área importante de pesquisas na antropologia brasileira; no campo da antropologia feminista, dialoga com questões trazidas por essa linha, sobretudo a partir das transformações que a emergência do conceito de gênero ocasionou nas pesquisas; a abordagem da dimensão epistêmica da narrativa poderia dialogar contemporaneamente com as discussões sobre conhecimentos locais, dialogismo e/ou simetrização na relação etnográfica; a abordagem de questões como emoções, subjetividade e inconsciente social teria ainda um solo fértil a ser cultivado. Algumas dessas questões reaparecerão em minhas pesquisas durante a

elaboração da tese de doutorado, na qual me debrucei sobre as culturas espirituais e terapêuticas no Brasil no final dos anos 1980 e início dos 1990.

A dissertação de mestrado foi defendida em dezembro de 1989, um período longo tendo em vista o tempo atual dos mestrados. Essa duração do meu mestrado está ligada à extensão do tempo de pesquisa de campo, mas também com o fato de que no início do segundo ano de mestrado fui contratada como professora efetiva da Universidade Federal de Santa Catarina, o que fez com que, por algum tempo, eu tivesse que priorizar quase que totalmente as atividades de docência, em detrimento do mestrado. Ainda assim, fui favorecida com dois auxílios provenientes do V Concurso de Dotações de Pesquisas sobre Mulher, da Fundação Carlos Chagas, e com a bolsa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que selecionou trabalhos de pós-graduação para receberem bolsa da CAPES.

Apresentei trabalhos ligados à pesquisa na 16^a e na 17^a Reunião Brasileira de Antropologia, em Campinas e Florianópolis.

No ano de 1990 recebi Menção Honrosa da Associação Internacional de Sociologia (ISA) por um artigo relacionado à pesquisa do mestrado, o que me permitiu apresentar o trabalho no Congresso Luso-afro-brasileiro em Coimbra e no Congresso Internacional de Sociologia, em Madrid, ambos em 1990. Esse artigo foi publicado na *International Sociology* (periódico da ISA), na *Gesellschaft Für Internationale Soziologie* e, numa versão em português, na *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Portugal).

MALUF, Sônia Weidner. Witches and Witchcraft: a Study about Representations of Female Power on Santa Catarina Island. *International Sociology*, v.7, p.225 - 234, 1992.

MALUF, Sônia Weidner. Witches and Witchcraft in Lagoa da Conceição: a study of representations of female power in Santa Catarina Island. *Gesellschaft Für Internationale Soziologie*, v.1, p.1001 - 1013, 1991.

MALUF, Sônia Weidner. Bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição: um estudo sobre representações de poder feminino na ilha de Santa Catarina. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.34, p.99 - 112, 1992.

<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/34/Sonia%20Weidner%20Maluf%20-%20Bruxas%20e%20Bruxaria%20na%20Lagoa%20da%20Conceicao.pdf>

Em 1992, publiquei um capítulo na coletânea com os trabalhos apoiados pelo V Concurso de Dotações em Pesquisas sobre a Mulher, da Fundação Carlos Chagas:

MALUF, Sônia Weidner. Narrativas de bruxaria e poder feminino In: Entre a virtude e o pecado. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo : Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 191-212.

O artigo do Prêmio também foi publicado, anos mais tarde, no trabalho monumental, de quatro volumes, organizado por Brian Levack, *New Perspectives on Witchcraft, Magic and Demonology*, no volume dedicado a *Gender and Witchcraft*:

MALUF, Sônia Weidner. Witches and Witchcraft: A Study About Representations of Female Power on Santa Catarina Island. In: *New Perspectives in Witchcraft, Magic and Demonology Volume 4 – Gender and Witchcraft*. New York: Routledge, 2001, v.IV, p. 247-256. ISBN 0-8153-3668-3
http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9781136539046_sample_494309.pdf

Em 1990 recebi o convite de Rose Marie Muraro para publicar a dissertação pela editora Rosa dos Tempos, formada havia pouco, a partir da Editora Record. O livro saiu em 1993, com o título de *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*, em edição que encontra-se esgotada.

MALUF, Sônia Weidner. *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
<http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/encontros-noturnos.pdf>

Outros resultados e efeitos desse trabalho, que me deixaram muito feliz, pois demonstraram o impacto da pesquisa para além do universo acadêmico, foi sua utilização para a produção de manifestações artísticas e culturais, como um desfile de Escola de Samba, a produção de dois filmes ficcionais sobre o tema: o curta-metragem *Bruxa Viva* (1998), da cineasta Lena Bastos, e o longa-metragem *A antropóloga* (2010), do cineasta Zeca Pires, além de convites para entrevistas, documentários, palestras em eventos culturais, entre outras atividades.

Doutorado – atrás dos filhos de Aquário: culturas espirituais e terapêuticas alternativas

WEIDNER-MALUF, Sônia. *Les enfants du Verseau au pays des terreiros: les cultures thérapeutiques et spirituelles alternatives au Sud du Brésil*. Tese de Doutorado (Antropologia Social e Etnologia). École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, 1996, 563 p.

Tendo começado a dar aula no Departamento de Comunicação da UFSC em março de 1986, ainda esperei quase dois anos após a defesa do mestrado para sair para o doutorado. Em setembro de 1991, com bolsa da CAPES, fui para Paris, França, para cursar o doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, inicialmente com a aceitação de orientação da antropóloga Jeanne Favret-Saada, cuja pesquisa sobre *sorcellerie* em região rural da França (*Les mots, la mort, les sorts*) havia sido uma referência em minha dissertação. No entanto, a partir dos primeiros contatos com a professora Favret-Saada decidi trocar de orientação e fui recebida, no primeiro ano de doutorado, que corresponde ao Diplôme d'Études Approfondies (DEA), pela professora Nicole Belmont, especialista em análise antropológica de contos de infância e uma referência nas discussões entre antropologia e psicanálise. Na EHESS era possível cursar disciplinas de todas as áreas, e fui orientada pelo coordenador pedagógico, o prof. Francis Zimmermann, a cursar disciplinas de diferentes áreas e aproveitar a oportunidade para conhecer os trabalhos das figuras de referência dos estudos doutorais na área de humanas nessa e em outras instituições. Assim, cursei formalmente as seguintes disciplinas: *Culture et personnalité aujourd'hui* (Francis Zimmermann); *Formes, fonctions et usages de la parenté en sociétés de l'Europe* (Françoise Zonabend); *Logique symbolique et idéologie : espace, identités* (Marc Augé); *Questions de responsabilité : le secret* (Jacques Derrida); *Contes et enfance* (Nicole Belmont). Além desses cursos formais, cursei o seminário *Anthropologie et Psychanalyse* (Nicole Belmont e Pierre Valabrega); *La quête de la langue parfaite dans l'histoire de la cultura européenne* (Umberto Eco, no Collège de France); *Sur l'État* (Pierre Bourdieu, no Collège de France); *Genealogie du monde imaginal* (Michel Maffesoli, Paris V – Université Sorbonne); *Women's Studies* (Nicole Claude-Mathieu), vários seminários com minha orientadora de Tese, Carmen Bernand, além de muitos outros cursos e seminários durante os quatro anos de curso.

No final do primeiro ano, apresentei o *mémoire* (monografia) de DEA, com o título: *Le regard de la prêtresse: étude sur le Tarot dans un groupe urbain brésilien*. Esse estudo constituía uma preliminar da pesquisa que pretendia fazer sobre as novas culturas espirituais e terapêuticas no Sul do Brasil. Passada a defesa do *mémoire*, a banca sugeriu, em função dos rumos da tese em direção às espiritualidades e culturas

terapêuticas no Brasil contemporâneo, a mudança de orientação para a professora Carmen Bernand, que passou a ser minha orientadora de Tese.

MALUF, Sônia Weidner. *Le regard de la Prêtresse*. Etude sur le tarot dans un groupe urbain brésilien. Dissertação de DEA (Antropologia Social e Etnologia). École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.

No ano de 1993, passei cerca de nove meses na cidade de Porto Alegre, realizando a pesquisa de campo. Como descrevo na tese e em vários trabalhos posteriores, minha pesquisa de campo constituiu em rastrear sujeitos e percorrer circuitos e espaços, que iam de restaurantes vegetarianos a centros de terapia alternativa, oficinas e *workshops*, consultórios, centros espirituais, etc. Uma das implicações dessa escolha metodológica foi esbarrar com os limites do conceito de religião para dar conta do universo pesquisado. O foco de pesquisa e análise deslocou-se do fenômeno religioso em si para narrativas, itinerários e experiências terapêuticas e espirituais. Rastrear os sujeitos, cartografar os trânsitos, fluxos e redes formadas por seus deslocamentos e circulação, mesmo que isso tenha implicado em reunir o que doutrinariamente não se reúne, acabou sendo a tarefa central da investigação e marcando o conjunto de questões abordadas na tese.

A tese, intitulada *Les enfants du Verseau au pays des terreiros. Les cultures thérapeutiques et spirituelles alternatives au Sud du Brésil*, acabou refletindo esse trajeto etnográfico.

Minha análise parte de algumas apreensões sobre o contexto brasileiro, entre elas: uma tradição de ecletismo da vivência religiosa e uma interpenetração entre os diferentes universos e planos da prática religiosa; a confluência entre o religioso e o terapêutico e um “pluralismo terapêutico” caracterizado pela informalidade das práticas terapêuticas e pela manipulação das esferas de adoecimento e cura para além dos controles biomédicos. Na introdução, busco fazer uma análise sobre os estudos antropológicos de religião no Brasil, que até aquele momento buscavam retratar essa paisagem religiosa brasileira a partir de conceitos como sincretismo, ecletismo, autenticidade, religião de síntese, mercado religioso, entre outras expressões voltadas a colocar o acento no pragmatismo da vivência religiosa e, no caso dos novos fenômenos religiosos, na diluição dos valores espirituais e da “tradição”. Uma das perguntas que

guiou minha pesquisa foi o quanto seria possível identificar no novo fenômeno espiritual uma cosmologia mais abrangente.

Minha abordagem buscou, de um lado, pensar essa aparente fragmentação da experiência religiosa a partir da perspectiva bakhtiniana de circularidade da experiência religiosa e de interpenetração entre as diversas tradições e práticas religiosas no Brasil e, de outro, trazer as especificidades desse novo fenômeno terapêutico-espiritual (em grande parte hoje sintetizado pelo uso, nos estudos de religião, da expressão Nova Era), entre elas as estreitas relações entre o religioso e o terapêutico e a uma tradição de pluralidade terapêutica. Aspectos que defini como contribuindo para a formação de uma nova cultura terapêutico-espiritual. Parte dessa discussão sobre as novas espiritualidades no contexto brasileiro foi apresentada em Mesa na Reunião de Antropologia do Mercosul e publicada em artigo na revista *Ciências Sociais e Religião/Ciências Sociales y Religion*, em 2003.

MALUF, Sônia Weidner. Os filhos de Aquário no país dos terreiros: novas vivências espirituais no Sul do Brasil. ISSN 1518-4463. *Ciencias Sociales y Religión* (Impresso), v.5, p.153-171, 2003.

<http://www.seer.ufrgs.br/CienciasSociaiseReligiao/article/download/2258/963>

Descrito esse contexto mais amplo, a tese se desenvolve do mais específico ao mais geral, concretamente iniciando, no capítulo 2, com uma longa narrativa de vida de uma astróloga-terapeuta e a análise da narrativa. No capítulo 3, descrevo situações terapêuticas e rituais que fizeram emergir elementos de análise interessantes para a proposta da tese. Essas situações são consultas individuais de uma astróloga-terapeuta floral, a partir de narrativas dos pacientes e da própria terapeuta; experiências coletivas, como um curso de formação em Tarot, incluindo várias sessões de consulta às cartas; *workshop* de regressão às vidas passadas; o uso de ayahuasca por um psiquiatra em suas sessões terapia de grupo. A discussão mais metodológica sobre o trabalho com narrativas de vida acabou sendo publicada em um dossiê da revista *Horizontes Antropológicos*, em 1999, com o título de “Antropologia, narrativas e a busca de sentido”, em que vários aspectos referentes à análise antropológica de narrativas de vida são discutidos.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. *Horizontes Antropológicos*, v.5, p.69-82, 1999.
<http://www.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n12/HA-v5n12a05.pdf>

O capítulo 4 da tese versa sobre o “trabalho terapêutico”, buscando descrever de forma mais detalhada os mecanismos que operam durante uma sessão terapêutica ou ritual, em especial os dispositivos narrativos. Nesse capítulo desenvolvo uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de trabalho no campo religioso, sobretudo afro-brasileiro, e no universo pesquisado, a ideia de eficácia simbólica, desfolhando o trabalho de Lévi-Strauss (*A eficácia simbólica*) sobre o tema, e a relação terapêutica através das relações circulares entre mito coletivo e narrativa pessoal e da constituição de mediadores simbólicos que operam em uma consulta ou ritual, tal como Tobie Nathan (*Le sperme du diable*) propôs em suas discussões sobre a experiência da etnopsiquiatria. Também exploro em minha análise a potência das narrativas que operam e se traduzem ou se transcodificam no decorrer do trabalho terapêutico. Esse capítulo foi reescrito na forma de artigo e publicado no Brasil na *Mana – Revista de Antropologia*, em 2005, e na França na revista eletrônica *Ethnographiques*, em 2007.

MALUF, Sônia Weidner. Mitos coletivos, narrativas pessoais: cura ritual, trabalho terapêutico e emergência do sujeito nas culturas da Nova Era. *Mana* (UFRJ. Impresso), v.11, p.499-527, 2005.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200007

MALUF, Sônia Weidner. Des mythes collectifs et des récits personnels : guérison rituelle, travail thérapeutique et émergence du sujet dans les cultures du Nouvel Âge - *Ethnographiques* - Revista on-line. *Ethnographiques*, v.14, p.5, 2007.
<http://www.ethnographiques.org/2007/maluf.html>

O capítulo 5 está centrado nos itinerários terapêuticos e espirituais, mostrando que, tal como o xamã descrito por Lévi-Strauss, em dois de seus textos de referência sobre o tema (*A eficácia simbólica* e *O feiticeiro e sua magia*), para se tornar um terapeuta é preciso ter sido curado ou passado pela experiência da terapia. Discuto a formação e o aprendizado e as singularidades de cada percurso. Nesse capítulo fica mais evidente o limite de uma abordagem focada exclusivamente no sistema terapêutico ou no sistema religioso, e na importância de se levar em conta as singularidades de cada ator social e as transformações históricas e sociais. Trabalhar com trajetórias e itinerários de vida coloca a questão de como colocar em relação o “material íntimo” de

uma pessoa com a configuração social mais abrangente. Algumas questões comuns emergem do material etnográfico, pontuando as narrativas das trajetórias pessoais, entre elas a experiência da crise e de sofrimento como valores e como produtores de verdade e de mudança pessoal, fazendo com que a própria narrativa de vida seja uma retórica da transformação pessoal e de uma “política do interior” (expressão utilizada por um dos meus interlocutores para descrever o seu trajeto de militante de esquerda a discípulo do guru indiano Osho). Nesse capítulo dialogo com alguns trabalhos no campo dos estudos antropológicos de saúde e da doença, sobre narrativas de doença e sofrimento, como Arthur Frank, Arthur Kleinman, Marc Augé, Claudine Herzlich, Luc Boltanski; Gananath Obeyesekere; sobre espiritualidade e cura ritual, como Françoise Champion, Kaja Finkler, entre outros. A partir desse capítulo, publiquei dois artigos e um capítulo de livro.

MALUF, Sônia Weidner. Inventário dos males. Crise e sofrimento em itinerários terapêuticos e espirituais nas culturas da Nova Era. *Debates do NER* (UFRGS), v.4, p.63-72, 2003.

<http://www.seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/download/2721/29181>

MALUF, Sônia Weidner. Peregrinos da Nova Era: Itinerários espirituais e terapêuticos no Brasil dos anos 90. *Antropologia em Primeira Mão*, v.100, p.5-29, 2007.

<http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/itinerariosAPM.pdf>

MALUF, Sônia Weidner. Peregrinos da Nova Era: itinerários espirituais e terapêuticos no Brasil dos anos 90 In: *Crenças, sacralidades e religiosidades*. Florianópolis: Insular, 2009, v.1, p. 159-179.

Finalmente, no capítulo 6 da tese e nas conclusões, busco responder à pergunta colocada no início do trabalho, sobre a existência ou não de uma cosmologia e de uma configuração de valores coerente nessas práticas e itinerários fragmentados. Aponto para a discussão sobre construção da pessoa e do individualismo como valor, um individualismo relacional, fundamentado em uma concepção transmanente da pessoa e na idealização do processo de transformação pessoal. Concluo ainda que as experiências itinerárias não são pura errância, constituindo arranjos e articulações cosmológicas singulares e constituindo uma forma de espiritualidade - e um estilo de vida que defini como “além do templo e do texto” - fundamentada em uma prática espiritual como estilo de vida e na valorização das noções de autodeterminação e autonomia do sujeito, em diálogo com autores como Meredith McGuire, Françoise

Champion, entre outros. Esse capítulo foi publicado, com algumas modificações, na *Antropologia em Primeira Mão*, revista do PPGAS/UFSC.

MALUF, Sônia Weidner. Criação de si e reinvenção do mundo: Pessoa e cosmologia nas novas culturas espirituais no sul do Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, v.81, p.4-34, 2005.

<http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/itinerariosAPM.pdf>

Com o esgotamento da licença de afastamento para formação e como final da bolsa, retornei às atividades junto ao Departamento de Comunicação da UFSC em março de 1996, depusitei a tese em junho e defendi em dezembro do mesmo ano.

Além dos artigos citados, outros foram publicados a partir da tese, que também foi selecionada para uma publicação em livro, em versão integral, pela editora Presses Universitaires du Septentrion, na França, em 1998.

MALUF, Sônia Weidner. *Les enfants du Verseau au pays des terreiros: les cultures thérapeutiques et spirituelles alternatives au Sud du Brésil*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

Como pode ser constatado, o momento de formação na pós-graduação foi também um momento em que efetivamente se iniciaram minhas atividades de pesquisa, e os resultados em publicações, apresentações de trabalhos (que podem ser consultadas também em meu CV Lattes, pois para este memorial selecionei alguns desses trabalhos) resultantes do mestrado e do doutorado evidenciam isso. Mais adiante essa questão será retomada no item sobre as pesquisas.

VI

ENSINO – GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Fui admitida como Professora Auxiliar do Departamento de Comunicação da UFSC em março de 1986, no segundo ano do Mestrado. Como muitos colegas da minha

geração, ingressei como docente quando ainda se faziam concursos sem exigência de mestrado e doutorado. E, no caso de um curso de ciências sociais aplicadas, como era o de Comunicação/Jornalismo no período, a exigência maior era de experiência profissional e não de formação acadêmica. Fiz parte dessa geração de professoras e professores universitários que fizeram sua formação de pós-graduação já trabalhando como docentes.

O curso de Jornalismo – primeiros passos na docência

O concurso em que fui admitida era para a área de Redação Jornalística, que previa disciplinas de Redação I a Redação VIII, do texto básico de notícia ao uso de técnicas literárias na produção textual. Ainda me responsabilizava por outras disciplinas voltadas para o tronco específico de formação em jornalismo e de caráter mais técnico, como Edição, Projetos Experimentais, Técnica de Reportagem, Técnicas de Codificação em Jornalismo, Técnicas de Jornalismo Gráfico, Entrevista e Pesquisa Jornalística, Publicidade e Propaganda.

Mas além das disciplinas chamadas mais técnicas, também me responsabilizei por outras de formação mais teórica e sócio-antropológicas como Estética e Cultura de Massas, Teoria e Métodos de Pesquisa em Comunicação I e II, e a disciplina que criei em 1990, Tópicos Especiais em Comunicação: Feminino e Masculino-Imagens e Narrativas, oferecida novamente mais tarde como Tópicos Especiais em Comunicação: Comunicação e Relações de Gênero, respectivamente em 1990 e 1997.

Tendo me afastado do jornalismo profissional quando pelo Mestrado em Antropologia, o ingresso na UFSC como docente me fez retornar a essa área e encontrar uma nova perspectiva relacionada à minha formação inicial. A experiência como professora de redação, em seus múltiplos aspectos, me levou a uma imersão nas ciências e na filosofia da linguagem e nas teorias semióticas do discurso e da narrativa. Em sala de aula gostava de experimentar e de fazer os estudantes experimentarem diferentes técnicas textuais, lerem muito e realizarem trabalhos de transformação e transposição de uma linguagem para outra, eventualmente sob críticas de colegas, que gostariam que os alunos fossem treinados em uma redação mais puramente jornalística. Lembro particularmente de um exercício que passei para os alunos, que foi a leitura da tragédia

“Édipo Rei”, de Sófocles, com a extração dos principais eventos narrados e a redação de uma reportagem utilizando esses eventos, e de como esse exercício provocou algumas reações de mal-estar pelos corredores do curso. A formação dos estudantes precisava ser controlada para que a especificidade jornalística não fosse perdida nem contaminada. Nesse período, exercer a docência acabou se tornando também um esforço, não apenas meu, mas também de outros colegas com quem tinha uma interlocução mais próxima, para abrir espaço para uma formação mais qualificada e menos técnica, mais aberta a outras formas de expressão e comunicação, entre elas o cinema (outra disciplina vista com críticas ou desdém por alguns). Essa é cada vez mais uma questão que preocupa os/as docentes de ensino superior: como conseguir ao mesmo tempo proporcionar uma formação especializada e fornecer instrumentos para uma compreensão da realidade social, política, econômica e cultural em que a atividade profissional relacionada a essa formação será realizada?

O Tópico Especial *Masculino e Feminino na Comunicação – Imagens e Narrativas* foi a primeira disciplina sobre o tema no Curso de Comunicação e talvez uma das primeiras em cursos de graduação na UFSC. Surpreendeu-me o alto número de alunos e alunas matriculadas e a pouca evasão ou desistência no decorrer do semestre. Quando retornei do doutorado, voltei a dar essa disciplina, com o título de *Comunicação e Relações de Gênero*.

Também no retorno do doutorado, fui convidada a dar aula no curso de Especialização em Estudos Culturais, criado por alguns colegas do departamento de Comunicação e de outros departamentos do Centro de Comunicação e Expressão, que funcionou durante duas edições e em torno do qual se organizou o Laboratório de Estudos Culturais do Departamento de Comunicação. Durante os anos de 1997 e 1998 elaboramos um Projeto de Mestrado em Comunicação, a ser apresentado à CAPES. No entanto, os conflitos dentro do departamento entre um projeto de formação mais técnica e exclusivamente jornalística, e uma proposta mais humanística e de incentivo a uma visão mais ampliada e crítica da comunicação, incluindo outras linguagens e outros veículos, provocou uma ruptura definitiva após a qual, em momentos diferentes, oito docentes acabaram se transferindo para outros departamentos.

No curso de Jornalismo orientei dezenove Trabalhos de Conclusão de Curso, alguns deles publicados posteriormente na forma de livro (*Revolta em Florianópolis: a*

novembrada de 1979, de Luiz Felipe Miguel; *Tramóia: histórias de rendeiras*, de Regina Dalcastagné – ambos hoje professores da UnB; *Almas e Angola: a umbanda de negros e brancos em Florianópolis*. De Vanessa Lemkhul Pedro, esse último tendo recebido o Prêmio Expocon de Melhor Reportagem)

Desde 1997 eu já era credenciada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, onde orientava no mestrado e onde ofereci, em 1998, a disciplina Tópicos Especiais: *A noção de Pessoa na Antropologia*.

Com a abertura de duas vagas no Departamento de Antropologia, fui convidada pela chefe de Departamento, professora Maria Amélia Dieckie, a me transferir para lá. Aceitei o convite e em março de 1999 assumi como docente do departamento, onde estou até hoje.

Durante esses anos, dividi a docência entre graduação e pós-graduação. Que vou descrever mais detalhadamente a partir das disciplinas lecionadas.

Departamento de Antropologia – um novo ciclo

O Departamento de Antropologia da UFSC se formou enquanto tal a partir da separação da área de Antropologia do antigo departamento de Ciências Sociais, em 1995. Permaneceu como responsável por parte do curso de graduação em Ciências Sociais, e em 2009 criou os cursos de graduação em Antropologia e em Museologia (este último hoje com um departamento próprio). Mas além desses, o departamento de Antropologia era responsável por disciplinas de Introdução à Antropologia nos cursos de graduação em Serviço Social, Psicologia, Medicina, entre outros.

Desde meu primeiro semestre no Departamento assumi a disciplina de *Introdução à Antropologia* para o curso de Ciências Sociais, intercalada com a mesma disciplina para o curso de Psicologia, além de *Cultura Brasileira* (optativa fixa para o curso de Psicologia e ocasional para Ciências Sociais), *Antropologia Cultural*, *Antropologia da Religião*, *Clássicos em Antropologia*, *Cultura Brasileira*, *Gênero e Teoria Feminista*, *Pessoa e Corporalidade*, *Relações de Gênero*, *Métodos e Técnicas de Pesquisa*, *Teoria Antropológica III* (a Escola Francesa).

Além das disciplinas curriculares, introduzi na graduação a disciplina de *Antropologia da Pessoa*, que foi oferecida como Tópico Especial em diferentes

momentos, até ganhar um título, código e ementas próprias como optativa para as graduações de Ciências Sociais e de Antropologia. Outra disciplina que ofereci algumas vezes, como Tópico Especial, foi *Gênero e Teoria Feminista*, oferecida por mim também na pós-graduação, que busca não apenas dar um panorama dos estudos de gênero na Antropologia, como abordar os diálogos e a contribuição da teoria feminista para a teoria antropológica.

Além da docência na graduação, sempre orientei Trabalhos de Conclusão de Curso e bolsistas de Iniciação Científica. Foram ao todo, até agora, 39 orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e de Iniciação Científica (IC). Muitos desses orientandos deram continuidade à sua formação e alguns são atualmente docentes de universidades federais.

O trabalho de docência e orientação na graduação me proporciona uma grande satisfação, apesar da árdua dedicação que se faz necessária para tornar as aulas interessantes e despertar a curiosidade e o desejo de estudo e de leitura em gerações cada vez mais voltadas às linguagens digitais e às mídias, e que ingressam no ensino superior com 17 ou 18 anos, em média. Além disso, a interlocução com esses estudantes é sempre instigante, pelas novas problemáticas que introduzem nos debates em sala de aula, sempre nos obrigando, como docentes, a rever as análises e as teorias. De certo modo, a graduação faz o mundo bater à porta do trabalho acadêmico, particularmente da docência, obrigando-o a se renovar e a se repensar constantemente.

Ter, ainda, acompanhado alguns estudantes da graduação ao doutorado - sendo que de alguns, como Marcos Aurélio da Silva, hoje bolsista de PNPd na Universidade Federal do Mato Grosso, fui orientadora de mestrado, doutorado e supervisora de pós-doutorado -, traz uma perspectiva da formação e da construção da figura do docente e pesquisador que dificilmente se consegue ter para além da própria experiência de formação.

Ensino na pós-graduação

Comecei a participar do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC em 1997, como professora e orientadora. Além das disciplinas obrigatórias que ofereci ao longo dos anos, como *Teoria Antropológica* (disciplina obrigatória para o

Mestrado) e *Seminários Avançados em Antropologia* (disciplina obrigatória para o Doutorado), ofereci optativas e, como na Graduação, criei alguns Tópicos Especiais ligados às temática com que trabalhava.

Minha preocupação, nas disciplinas obrigatórias de teoria, sempre foi de articular uma discussão a partir dos fundamentos teóricos e conceituais do campo antropológico e os debates contemporâneos. Ao mesmo tempo, um pouco a partir da angústia trazida pelos próprios mestrandos e doutorandos quanto ao seu posicionamento em relação às linhagens teóricas na antropologia, minha abordagem foi sempre de pensar essas diversas correntes e linhagens com uma certa distância crítica, procurando configurar o campo científico, e dentro dele a antropologia, como campo de disputas e de linhas de força, em que eventualmente o caráter antagônico com que as teorias são apresentadas está ligado à construção de diferentes regimes de verdade no interior do campo antropológico, eventualmente mimetizando as ciências exatas ou naturais e abandonando o caráter reflexivo e dialógico das Ciências Humanas. Inspirada em Foucault, acredito que ensinar teoria antropológica é ensinar a reconhecer as diferentes teorias e suas especificidades, mas também a traçar genealogias e a compreender as articulações dos conceitos e teorias com seus respectivos contextos de formação. No caso da antropologia, o antagonismo e mesmo binarismo com que as teorias e os conceitos são colocados é frequente, e entre os estudantes é comum que se traduza em embates, muitas vezes paralisantes para quem está em pleno processo de formação na área.

Minha perspectiva tem sido a de proporcionar nas disciplinas instrumentos teóricos e conceituais para que os/as estudantes consigam pensar de modo complexo as políticas da teoria antropológica, refletir de modo crítico e distanciado sobre teoria e conceitos, modelos de análise e reconhecer a plasticidade e o caráter construído das linhagens e filiações, tal como explicito na proposta que desenvolvi para a disciplina de Teoria Antropológica para o mestrado:

Algumas questões percorrem o conjunto desta proposta de curso: a unidade do campo antropológico num contexto de crescente fragmentação desse campo; a natureza do conhecimento antropológico e a natureza da teoria antropológica; a formação das categorias de análise e a relação entre teoria e pesquisa empírica; o estatuto da etnografia na constituição do(s) conhecimento(s) antropológico(s); as teorias da antropologia - aquelas que, em linhas gerais, ajudam a construir o

campo e a (in)disciplina da antropologia; e as teorias ou teorizações sobre a própria antropologia, ou seja a vocação crítica da antropologia sobre si mesma. (Maluf, Sônia Weidner. Plano de Aula, *Teoria Antropológica* – PPGAS)

Outro exercício que realizo com frequência com os estudantes é a “leitura a contrapelo” dos textos clássicos e fundadores, buscando mostrar que a leitura que podemos fazer desses textos hoje está dada pelo percurso que tiveram na disciplina, ou seja, de que são obras que podem ainda ser reinventadas e relidas de modo criativo. De certo modo foi esse o exercício que realizei em meus trabalhos mais teóricos dos quais irei falar mais adiante.

Entre as disciplinas que criei, inicialmente como Tópicos Especiais, três temáticas acabaram se tornando disciplinas de oferecimento sistemático e de certo modo refletem minhas linhas gerais de pesquisa e trabalho. É importante ressaltar que o estreito vínculo entre ensino e pesquisa acaba sendo uma marca de minhas aulas, para as quais levo discussões e exemplos tirados dessas pesquisas; mas é também uma presença forte em meus trabalhos de pesquisa e publicações, que frequentemente remetem a reflexões e debates feitos em sala de aula e à contribuição dos estudantes.

A primeira temática, Antropologia do Sujeito, é abordada em um conjunto de disciplinas como *Antropologia da Pessoa* (oferecida pela primeira vez em 1998.1), *Pessoa e Sujeitos Contemporâneos*, *Antropologia do Sujeito*, *Pessoa e Corporalidade*, e *Corpo, Sujeito e Poder*. O fio condutor é a noção de Pessoa e a proposta que venho desenvolvendo, há mais de dez anos, de uma antropologia do Sujeito. Esse curso, com suas diferentes ênfases e denominações, poderia ser resumido a partir da apresentação dada ao seminário de 2006, *Antropologia da Pessoa e Teorias do Sujeito*:

Ementa: O objetivo deste curso é desenvolver uma reflexão sobre a temática do sujeito a partir de uma perspectiva antropológica em diálogo com outros campos das humanidades. O curso terá dois módulos complementares. O primeiro tomará como ponto de partida os fundamentos da reflexão antropológica sobre as categorias de Pessoa e Indivíduo. O segundo módulo tratará das abordagens antropológicas contemporâneas as diferentes teorias do sujeito e da subjetividade vindas de outros campos do conhecimento, buscando estabelecer alguns paradigmas para uma reflexão antropológica sobre sujeito e subjetividade. Os textos escolhidos vêm de uma vasta produção de reflexão sobre o sujeito nas culturas urbanas modernas e contemporâneas. Vamos buscar, a partir da matriz antropológica, ler autores que pensaram o “moderno” e que têm pensado o

“contemporâneo” transcendendo campos disciplinares específicos. Pretende-se abordar, entre outras, temáticas como a construção da pessoa; individualismo, modernidade e as genealogias do sujeito moderno-contemporâneo; a centralidade do corpo como idioma simbólico e político; perspectivismo e posições de sujeito; o conceito de identidade e as aporias da relação identidade-alteridade; universalismo e as políticas da identidade; regimes de subjetivação na modernidade e no mundo contemporâneo; subjetividade e poder; subjetividade e agência.

A abordagem a partir de dois módulos, além de ser um dispositivo pensado pelo PPGAS para que os estudantes possam cursar as disciplinas optativas em 2 ou 4 créditos, me permitia, nessa e em outras disciplinas, organizar o curso em um momento inicial, em que são abordados textos clássicos e as teorias de base na antropologia sobre o tema, e no segundo módulo, as abordagens contemporâneas, leituras críticas e diálogos interdisciplinares. Esse esquema é utilizado em outros Tópicos Especiais e tem sido eficaz para possibilitar, ao mesmo tempo, uma formação sólida, conceitualmente consistente, e também atualizada, contemporânea e crítica, evitando de um lado o congelamento em teorias clássicas descoladas das realidades contemporâneas e de outro a fragilidade de uma formação exclusivamente assentada sobre as últimas teorias e conceitos em voga.

No caso da Antropologia do sujeito, me permito alinhar de modo mais detalhado os autores e temas trabalhados, que acabam formando uma articulação teórica e metodológica específica e que reflete e está refletida em minhas pesquisas e publicações sobre o tema. O primeiro módulo consiste na abordagem de autores como Marcel Mauss, e suas discussões sobre a noção de Pessoa, emoções, corpo e indivíduo e Nação; Émile Durkheim, e suas abordagens sobre indivíduo e sociedade; Lucien Lévi-Bruhl, e suas ênfases na relação de indistinção entre Pessoa e ambiente, símbolo e objeto, etc; Maurice Leenhardt e sua obra monumental sobre Pessoa e cosmologia no mundo melanésio. A partir desses autores, abordo a noção de Pessoa nas várias etnologias (africana, melanésia e ameríndia), finalizando o primeiro módulo. O segundo módulo aborda Pessoa, Indivíduo e modernidade e teorias do sujeito. Partindo de Louis Dumont, para discutir a formação do individualismo moderno e suas várias vertentes e seus desdobramentos na antropologia brasileira; dialoga-se com outras abordagens e outros autores, como George Simmel e Norbert Elias; após, são abordadas as teorias do sujeito na psicanálise; chegando a Michel Foucault e à genealogia do sujeito moderno; às

teorias pós-coloniais e sua discussão sobre identidade, raça e Nação; e às teorias feministas, em particular Judith Butler, sua crítica à metafísica da substância e sua discussão sobre a vida psíquica do poder

Um segundo eixo temático, que se desdobrou em outro conjunto de disciplinas na graduação e na pós-graduação, é Antropologia e Feminismo, em que busco não apenas abordar uma antropologia das relações de gênero, mas abordar o gênero e a teoria feminista não apenas como um objeto da investigação antropológica, mas como paradigma importante na análise cultural.

A contribuição da antropologia feminista e da própria teoria feminista para o pensamento antropológico está presente nas diferentes disciplinas que ofereço e em meus trabalhos. Trata-se de uma perspectiva teórico-crítica incontornável para se pensar as transformações do campo antropológico, do ponto de vista metodológico e conceitual, nas últimas décadas. Como compreender as discussões contemporâneas de influência pós-estruturalista, as propostas de antropologia dialógica ou, em outra perspectiva, simétrica, sem o aporte da crítica e da teoria feminista que emerge na antropologia nos anos 1970? Esse diálogo mais forte entre antropologia e feminismo desdobrou-se em um pós-doutorado na Inglaterra, entre 2004 e 2005, e no projeto para Bolsa em Produtividade e Pesquisa do CNPq, a partir de 2009. Descreverei de modo mais detalhado essa questão no subitem sobre Pesquisa.

O terceiro eixo temático que engloba as disciplinas optativas e seminários oferecidos na pós-graduação é Antropologia do Estado e das Políticas Públicas, que se desdobra nos Tópicos Especiais *Antropologia e Políticas Públicas* e *Antropologia, Estado e Políticas Públicas*, além da disciplina *Antropologia Política*, para a graduação. Este eixo temático dialoga com os trabalhos e pesquisas que tenho desenvolvido a partir de 2006, focadas nos agenciamentos sociais e nas políticas públicas no campo da saúde mental e, mais recentemente, no campo dos direitos, justiça e reconhecimento. Uma das ementas pode situar de forma mais precisa a proposta de abordagem:

Ementa: Abordagem antropológica e diálogos interdisciplinares sobre Estado e políticas públicas. Serão abordados os seguintes tópicos: 1) revisão da literatura antropológica sobre política pública e antropologia/etnografia do Estado; 2) antropologia e/no Estado, antropologia e/nas políticas públicas; 3) Biopolítica, biopolíticas contemporâneas.

Uma das questões colocadas pelas pesquisas que tenho desenvolvido sobre políticas públicas é a de uma antropologia do Estado não como entidade orgânica, um ente substantivo dado, mas como práticas, ações e discursos, conforme desenvolverei de modo mais consistente mais adiante. Para isso, a literatura antropológica mais clássica e a recente são mobilizadas, com autores que vão de Radcliffe-Brown a Philip Abrams, Trouillot, Marc Abélès e Pierre Bourdieu. Além destes, trabalhamos com diversos textos de Michel Foucault, buscando compreender sua contribuição fundamental para pensar as políticas contemporâneas, passando por suas definições de soberania, poder disciplinar, biopolítica e governamentalidade. Chegamos às abordagens contemporâneas da biopolítica, com Didier Fassin, Giorgio Agamben e seu diálogo entre Foucault e Hanna Arendt, Roberto Espósito, e às abordagens feministas, com Judith Butler, Gayatri Spivak, Nancy Fraser, entre outras.

Ainda em relação ao ensino e orientações na Pós-Graduação, além do PPGAS, fui também professora colaboradora de outros dois programas de pós-graduação, em Literatura (PGLB) e no Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH).

No PGLB ofereci em diversos semestres a disciplina *Sujeitos, Narrativas e Cultura Contemporânea*, dada simultaneamente com *Antropologia da Pessoa*, com um programa adaptado e a inclusão de uma bibliografia voltada à teoria literária contemporânea. No PPGICH, participei pontualmente de algumas aulas em disciplinas sobre gênero e metodologia, ofereci uma disciplina sobre Estado e Políticas Públicas e orientei e coorientei diversos trabalhos, alguns deles resultando em publicações em coautoria. Porém, em função do acúmulo de atividades, decidi me descredenciar dos dois Programas, do PGLB há alguns anos e do PPGICH mais recentemente.

Considero importante abordar brevemente a questão pedagógica e as dinâmicas das aulas. No primeiro dia de aula, sempre exponho o Plano de Aula detalhado por aula com uma exposição mais aprofundada da proposta da disciplina. Desse modo os alunos podem ter uma visão geral e compreender a lógica dos encadeamentos entre textos, autores e temáticas. É um momento em que estes têm também espaço para comentários e sugestões. A dinâmica das aulas normalmente segue o esquema de uma parte como aula expositiva e, posteriormente, apresentação de perguntas e questionamentos por parte de grupos de alunos, que devem trazer perguntas formuladas por escrito anteriormente e as possíveis repostas e comentários. Mais do que simplesmente realizar

seminário de apresentação de texto, essa dinâmica torna a participação dos alunos mais ativa, crítica e reflexiva. A aula é um dos momentos prioritários e essenciais de minhas atividades, é um momento que concentra transmissão, diálogo, criação individual e coletiva, e não deixa de ser um momento de produção compartilhada de saber. Um exercício que sempre e cada vez mais me estimula.

Orientação – parcerias intensas e produtivas

O primeiro trabalho de mestrado que orientei foi o de Tânia Welter, *Revisitando a comunidade Cafuza a partir da problemática do gênero*, no PPGAS, defendido em 1999. Desde lá, orientei 23 dissertações de mestrado como orientadora principal e três como coorientadora, onze teses de doutorado como orientadora principal, e nove como coorientadora.

Quanto às supervisões de pós-doutorado, tenho duas concluídas, uma em andamento e outra que iniciará formalmente ainda no ano de 2016.

As orientações reúnem-se em conjuntos ligados às grandes temáticas com que venho trabalhando no ensino e na pesquisa, sendo que a maior parte delas estiveram estreitamente ligadas aos projetos de pesquisa desenvolvidos.

Seria estranho para mim apenas colocar os números brutos das orientações, sem mencionar mesmo que muito brevemente cada um dos trabalhos orientados, na medida em que grande parte do tempo, da energia, dos esforços de reflexão e descobertas, estão ligados ao trabalho de orientação. Cada um dos trabalhos abaixo reflete esse investimento e esforço de minha parte, em maior ou menor grau. Procurei reuni-los por grandes linhas, estabelecendo intersecções e atravessamentos, incluindo orientações e coorientações, para a maior parte da quais a dedicação não foi menor.

Gênero, feminismo, sexualidade, homossexualidades e identidades trans:
Mestrado de Ana Paula Vencatto (sobre performances de dragsqueens), Marcos Aurélio da Silva (sobre territorialidades gays no carnaval de Florianópolis), Carlos Eduardo Henning (sobre diferenças e hierarquias nos circuitos gays de Florianópolis), Marcelo Reges (sobre cinema pornográfico gay no Brasil), Glauco Batista Ferreira (sobre a parada Gay de Florianópolis); Doutorado de Marcos Aurélio da Silva (sobre o Festival Mix de cinema – que realizou também o pós-doutorado sob minha orientação, sobre

transgêneros e políticas públicas), Ana Claudia Ribas (sobre as sexualidades do jornal anarquista *A Plebe*), Karla Galvão Adrião (análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas acadêmica, governamental e do movimento), Monica Soares Siqueira (envelhecimento e narrativas de travestis na cidade do Rio de Janeiro), Luiz Fernando Neves Córdova (trajetórias de travestis em Florianópolis).

Mulheres em comunidades rurais, trabalhadoras da pesca, lideranças culturais e religiosas: Mestrado de Tânia Welter (sobre mulheres em comunidade cafuza de José Boiteaux, SC); Doutorado de Rose Mary Gerber (sobre mulheres pescadoras do litoral de Santa Catarina) e Dalva Maria Soares (sobre uma capitã de Congado em Minas Gerais).

Agenciamentos sociais e políticas públicas em saúde (em especial saúde mental), linha que venho priorizando nos últimos anos: Mestrado de Arthur Alexandre MacDonnald (sobre prática de hipnose), Camila Maurício Zedron (sobre os Terapeutas da Alegria), Fernando Augusto Groh de Castro Moura (sobre diagnóstico de TDAH em escola pública de Florianópolis), Tania Larrisa Solar López (sobre suicídio em comunidade Mapuche, do Chile), Marina Monteiro (sobre residência psiquiátrica no Instituto de Psiquiatria/SC), Maria Fernanda Salvadori Pereira (sobre representações de gravidez, parto e formação da criança entre os moradores da Costa da Lagoa), Tiago Moreira dos Santos (sobre ativismo soropositivo no estado do Paraná), Rogério Lopez Azize (sobre medicamentos da “qualidade de vida” em classes médias de Florianópolis), Marcos Peressoni (sobre paternidade de crianças com Síndrome de Down); Doutorado de Ana Paula Müller de Andrade (uma análise da Reforma Psiquiátrica sob o ponto de vista dos experientes), Silvia Bittencourt Cardoso (sobre os antidepressivos e o livro-texto de Farmacologia para estudantes de Medicina), Maika Arno Roeder (sobre gênero e saúde mental nos Serviços Residenciais Terapêuticos de SC); Pós-Doutorado de Andrea Lisset Perez (suicídio no meio rural no Brasil e no Uruguai).

Antropologia de instituições, políticas públicas e juventude: Mestrado de João Rodrigo Vedovato Martins (sobre gênero e sexualidade em uma escola da periferia de São Paulo) e Elias Barreiros (hierarquia e igualdade entre jovens de grupos populares participantes de políticas públicas em Londrina/PR); Doutorado de Mirella Alves de Britto (crianças em instituições de acolhimento e construção de sujeitos), Fernanda Guimarães Cruz (egressos de instituições de acolhimento e invenção de novas

possibilidades de vida para além da institucionalização), Simone Becker (análise antropológica de ritos processuais judiciais, pátrio-poder e produção de regimes de verdade).

Corpo, corporalidade, performances, expressividade e mídia: Mestrado de Zeila Costa (trajetórias e práticas de tatuadores), Camila Santos Souza (corporalidade e ressignificação ecológica em esportes de aventura), Magdalena Sophia Ribeiro de Toledo (antropologia e teatro, sobre o grupo Ói Nós Aqui Traveiz, Porto Alegre/RS), Joana de Conti Dorea (etnografia e fotografia em Pierre Fatumbi Verger), Joanna Mendonça Carvalho (corporalidade e dança entre bailarinos de dança contemporânea em Florianópolis, Marina Egger Moellwald (sobre temporalidade e subjetividade no romance *Ms. Dalloway*, de Virginia Woolf), Priscila Noernberg (sociabilidades e técnicas em torno do chimarrão, em Canoinhas/SC); Doutorado de Fábio Fernandes (capoeira e mestres capoeiristas na Alemanha), Karina Jan Woitowicz (mídia alternativa feminista), Aglair Maria Bernardo (cultura midiática e câmeras de vigilância), Nara Maria Emanuelli Magalhães (estudo sobre os modos de ver televisão em camadas médias), Luciana Hartmann (tradições orais na fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai).

Antropologia da religião e espiritualidades: Mestrado de Tales da Costa Nunes (sobre consciência e experiências corporais na prática de Ioga), Bianca Ferreira Oliveira (Pessoa, jocosidade e moral em uma família de santo de Almas e Angola, Florianópolis/SC); Doutorado de Waleska de Araújo Aureliano (espiritualidade, cura e saúde em um centro terapêutico espírita de Florianópolis/SC - coorientação), Érica Quináglia da Silva (saúde e espiritismo, trajetórias terapêuticas em um centro espírita de Brasília/DF – cotutela com a Sorbonne).

Atualmente, tenho em andamento sete orientações de trabalhos de doutorado, duas de mestrado e uma supervisão de pós-doutorado com bolsa do CNPq. Os trabalhos de mestrado são os de Javier Páez, sobre banheiros, territorialidades e identidades trans e de Juliana Ben Brizola, sobre o grupo de mútua ajuda Mulheres que Amam Demais (MADA); no doutorado, oriento os trabalhos de Glauco B. Ferreira (sobre o *QWOCMAP*, um projeto de cinema experimental *queer* em São Francisco, Estados Unidos), Marina Monteiro (sobre os movimentos de rua de junho de 2013 e as novas configurações dos movimentos sociais no Brasil), Bianca Ferreira Oliveira (sobre as

santerías de Cuba), Maria Fernanda Salvadori Pereira (sobre diagnóstico de depressão em jovens e as redes de atendimento psicossocial em Florianópolis/SC), Tatiane Vieira Barros (sobre um grupo de Narcóticos Anônimos de Florianópolis), Luciano Von Der Goltz (sobre o Hospital da Loucura e o método da loucura), Jainara Gomes de Oliveira (regimes de visibilidade e reconhecimento de relações homoeróticas entre mulheres em Natal/RN).

Além desses, supervisiono atualmente o projeto de pós-doutorado de Luciane Ouriques, que propõe uma análise de dados sobre as políticas de saúde indígena no Brasil, com bolsa do CNPq.

Uma constatação, a partir deste balanço que representa o memorial e em relação às trajetórias de meus ex-orientandos, é a inserção atual de muitos deles no trabalho acadêmico ou na atuação em órgãos públicos, sendo que com alguns mantenho até hoje parcerias de trabalho, em projetos, participações em bancas e outras trocas. Assim, dos antigos doutorandos, Simone Becker é docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Karla Galvão Adrião é docente da UFPE; Silvia Cardoso Bittencourt é docente da Unisul/SC; Érica Quinágua Silva, da UnB, Ana Paula Muller de Andrade, Marcos Aurélio da Silva e Fernanda Guimarães Cruz realizam neste momento pós-doutorados, respectivamente na Universidade Federal de Pelotas, na Universidade Federal de Mato Grosso e na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Entre os orientados no mestrado, Rogério Azize é docente da UFF; Ana Paula Vencatto da UFMG; Fernando Moura do IFSC; Carlos Eduardo Henning da UFG; Rose Mary Gerber, é extensionista na Epagri/SC.

Além disso, vários desses trabalhos foram indicados pelo PPGAS para os Prêmios CAPES de Teses e para o Prêmio ANPOCS, sendo que a tese *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Litoral de Santa Catarina*, recebeu Menção Honrosa no Prêmio CAPES de Teses de 2014.

VII PESQUISA

As pesquisas são o ponto de confluência do conjunto de atividades que desenvolvo junto ao Departamento de Antropologia e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. De certo modo, olhando com o recuo proporcionado por este momento de elaboração do Memorial, percebo que algumas grandes linhas que venho desenvolvendo nos últimos anos já estavam presentes nas pesquisas do Mestrado e do Doutorado – e também em momentos anteriores de minha trajetória, não apenas acadêmica, mas como uma pessoa participante e engajada profundamente em questões sociais, políticas, artísticas e culturais. A ideia de contemporaneidade e de uma certa urgência etnográfica em abordar questões do tempo presente talvez seja uma influência de minha formação e trajetória como jornalista, fazendo com que em diversos momentos tenha me sentido em campo, com as devidas diferenças, uma etnógrafa-repórter, ou uma repórter-etnógrafa. Levei essas questões e algumas reflexões sobre a identificação entre ambas as áreas para minhas aulas no curso de Jornalismo, o que acabou atraindo alguns alunos para a antropologia, encontrando nesta um espaço mais aberto para investigações mais densas e aprofundadas, e menos amarradas pelo formato cada vez mais restritivo e controlado da grande mídia. Afinal, foi também um certo desgosto pelo jornalismo que acabou me levando à antropologia.

Os eixos e linhas de trabalho aos quais me dediquei nesses anos foram os mais diversos, e se for enumerar essas linhas centrais, certamente algumas não poderiam ficar de fora: Antropologia do Sujeito; Antropologia do Estado e Políticas Públicas; Antropologia e Feminismo; Antropologia da Religião; Corpo e Performance; Mídias e Narrativas. Esses eixos de pesquisa descritos abaixo aglutinam linhas e projetos que tenho desenvolvido ao longo desses anos, e mais uma vez é uma tentativa de organizar um conjunto grande de informações e construir uma reflexão sobre minha trajetória de pesquisa iniciada no mestrado.

O Núcleo de Antropologia do Contemporâneo (Transes - cujo site pode ser visitado em <http://transes.paginas.ufsc.br/>), diretório de pesquisa do CNPq, é o espaço

acadêmico e intelectual em que esses projetos são desenvolvidos, juntamente (desde 2009) com o INCT Brasil Plural (sobre o qual falarei mais adiante). Formado em 2000 como Núcleo de Antropologia da Religião, juntamente com a colega Maria Amélia Dickie, com a ampliação das linhas de pesquisa e áreas de interesse, decidimos, eu e o colega Alberto Groisman, subcoordenador do núcleo, rebatizá-lo, buscando abranger o conjunto de pesquisas que realizávamos e que iam além da antropologia da religião. A idéia de uma Antropologia do Contemporâneo, como o enorme guarda-chuva que abriga os trabalhos desenvolvidos, busca sintetizar vários aspectos comuns a essas pesquisas: a abordagem antropológica de questões prementes da atualidade e do tempo presente; o foco nas sociedades moderno-contemporâneas, o que vai além do que pode abarcar uma antropologia urbana (por exemplo, trabalhar populações ribeirinhas, mulheres pescadoras, etc.); o debate com as teorias contemporâneas, com ênfase no pensamento crítico, não apenas na antropologia mas em campos com os quais essa interlocução se faça necessária; a reflexão sobre a Antropologia no contemporâneo, em uma abordagem de crítica epistemológica e metodológica.

O Transes desenvolve atividades sistemáticas de pesquisa, articulando as pesquisas que coordeno, realiza seminários de estudo e debates sistemáticos, em que são estudados textos a partir de temáticas que mudam a cada semestre, e onde os pesquisadores e estudantes têm um espaço para apresentarem e debaterem seus trabalhos.

O Transes organiza, ainda, o Ciclo de Cinema e Debates Trânsitos Contemporâneos, que passa filmes e traz debatedores, em torno de temas contemporâneos. O tema do primeiro ciclo organizado pelo Transes foi *Cinema, loucura e outras viagens*, em parceria com a UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) e com a Escola Brasileira de Psicanálise/SC, em diálogo com o projeto Gênero, políticas públicas e saúde mental. Outros ciclos foram organizados, sobre Sexualidade e Política, Ditaduras e Resistências, Drogas, Fascismos Contemporâneos, entre outros. Acesso ao blog do Trânsitos Contemporâneos pelo <https://www.facebook.com/TransitosContemporaneos/?fref=ts>

Além do Transes, sou desde 2012 coordenadora executiva do INCT Brasil Plural, criado em 2009, que se constitui em um abrangente programa de pesquisas em

rede com o projeto de realizar pesquisas antropológicas de alto impacto social, que descreverei melhor mais adiante.

Antropologia, gênero e feminismo

Essa é uma linha de trabalho que percorre grande parte de minha produção acadêmica e de minhas atividades na UFSC, nas disciplinas ofertadas, nas articulações conceituais e teóricas dos projetos desenvolvidos, mesmo que não sejam especificamente sobre gênero.

Particpei ativamente da construção do campo de estudos feministas e de gênero na UFSC, tendo apoiado a criação do Núcleo de Estudos de Gênero, em 1989, impulsionado pela professora Ana Maria Beck, que organizou em março do mesmo ano, no Centro de Ciências Humanas (CCH/UFSC), o 1º Encontro de Estudos sobre a Mulher. Posteriormente, participei das diversas comissões organizadoras do Seminário Internacional Fazendo Gênero, cuja primeira edição foi em 1994 e que em 2017 fará sua 11ª edição. O *Fazendo Gênero* é um dos mais importantes encontros acadêmicos na área, reunindo pesquisadoras do Brasil, América Latina e de vários países, chegando a reunir, em suas últimas edições cerca de quatro mil participantes por edição. Do *Fazendo Gênero* também saíram várias coletâneas, com os trabalhos apresentados, fornecendo um mapa dos principais temas e projetos desenvolvidos no campo de estudos feministas e de gênero no país. Em 2000 fui coordenadora geral, com Simone Schmidt, do *Fazendo Gênero V – Feminismo como política*.

Em 2004 participei da criação do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que reúne o grupo de pesquisadoras da UFSC, da UDESC e de outras instituições que se formou em torno do *Fazendo Gênero* e da edição da Revista Estudos Feministas, sendo hoje uma referência no campo feminista acadêmico brasileiro e internacional.

Em 2004 publiquei, juntamente com a colega Maria Regina Azevedo Lisboa, uma coletânea de artigos apresentados no Fazendo Gênero.

MALUF, Sônia Weidner; LISBÔA, Maria Regina Azevedo. (orgs.) *Gênero, cultura e poder*, Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

Minha participação na Revista Estudos Feministas (REF), periódico avaliado como A1 pelo Qualis da área de Antropologia já há alguns anos, merece uma descrição

mais detalhada, pois foram mais de cinco anos participando do Comitê editorial da revista, criada em 1993 por uma rede de pesquisadoras feministas de várias regiões do país, e que passou a ser editada em Florianópolis em 2000. Entre 2002 e 2004 fui editora de Dossiês da REF, editoria que abria um espaço para o diálogo entre a produção acadêmica feminista e os movimentos sociais e ativismo feminista. Fiz uma reflexão sobre essas tentativas de diálogo entre militância e academia no artigo

MALUF, Sônia Weidner. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. *Revista Estudos Feministas*, v.12, p.235-243, 2004.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300025/9522>

A partir de fevereiro de 2006 assumi a Coordenação Editorial da REF, juntamente com as colegas Cristina Scheibe Wolff e Simone Pereira Schmidt, e, posteriormente, também com a colega Luzinete Simões, tarefa a que me dediquei até agosto de 2007, quando chegou minha filha, Ana Luiza, e entrei em licença maternidade. A edição da REF foi um momento instigante de contato com um universo bastante amplo de pesquisas e autoras feministas ou dos estudos de gênero. Editar um periódico acadêmico é um trabalho árduo de avaliação, produção de pareceres, editoração, escrita de editoriais e mesmo de revisão final, para que tudo saia com o mínimo de erros.

Em 2010 organizei duas outras coletâneas reunindo trabalhos na área. Um número do *Cadernos AEL*, organizado com o historiador James Green, sobre Homossexualidade e Política, buscando fazer um balanço dos movimentos LGBT e dos estudos sobre o tema; e uma coletânea editada pelo MEC, voltada à formação de professoras do ensino básico, com uma seleção de artigos de estudos de gênero de várias áreas, publicados em periódicos acadêmicos. A Coletânea *Olhares feministas* foi distribuída pelo MEC para todas as escolas do país e pode ser acessada online.

MALUF, Sônia Weidner; GREEN, James. *Cadernos AEL*- Arquivos Edgard Leuenroth - Número Temático Homossexualidade e Política. Campinas: Unicamp, n.18/19, 2003 [publicado em 2006], 349 p.

MALUF, Sônia Weidner; MELO, Hildete Pereira de; PISCITELI, Adriana, PUGA, Vera Lúcia. *Olhares feministas*. Brasília: UNESCO/Ministério da Educação, 2006, v.1. 505 p.

Acesso: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/olhares_feministas.pdf

Minhas pesquisas e publicações nesse campo, algumas já descritas acima iniciaram com os estudos de mestrado sobre narrativas de bruxas e poder feminino, e continuaram em pesquisas mais pontuais, algumas delas articuladas com a temática mídia e narrativa. Foi assim que publiquei alguns trabalhos sobre gênero e cinema, entre eles um de meus artigos mais citados, publicado e traduzido *Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem*, em que faço uma análise da corporalidade transgênero a partir da personagem Agrado, do filme de Almodóvar. Tenho a impressão de que a receptividade desse artigo está ligada ao momento em que foi publicado, de emergência dos estudos *queer* no Brasil, mas também dos debates e visibilidade das demandas das pessoas trans. Sobre gênero e cinema, publiquei também um artigo sobre as contribuições de Laura Mulvey para uma teoria feminista do cinema, seguido de uma entrevista com ela, feita com Vanessa Pedro e Cecília Melo, quando de meu estágio doutoral em Londres em 2005.

MALUF, Sônia Weidner. *Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem*. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v.10, p.143-153, 2002.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

MALUF, Sônia Weidner. Políticas do olhar: feminismo e cinema em Laura Mulvey. *Revista Estudos Feministas*, v.13, 2005.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

A pesquisa sobre antropologia e feminismo realizada durante o pós-doutorado na Inglaterra (Projeto: *Por uma antropologia do sujeito: Tópicos para um diálogo entre as teorias feministas do Sujeito e a antropologia da Pessoa*) resultou, para além da discussão sobre os impactos da crítica feminista e dos estudos de gênero na antropologia, em alguns trabalhos sobre os sujeitos do feminismo e sobre o próprio movimento feminista, apresentadas em Congressos e publicadas posteriormente. Propus, juntamente com Karla Galvão Adrião (UFPE) e Telma Gurgel (UFRN) o Grupo de Trabalho “Sujeitos do feminismo”, que teve diversas edições a partir do Fazendo Gênero 7, em 2006. Reunindo trabalhos que dialogavam com a proposta de pensar o feminismo em todas as suas fronteiras, com os movimentos sociais, a academia e as políticas públicas, problematizávamos a questão do sujeito no e do feminismo. Entre os trabalhos que apresentei no GT (alguns ainda não publicados) estão “Feminismo e

antropologia: diálogos entre as teorias antropológicas da Pessoa e as teorias feministas do sujeito” (no Fazendo Gênero 8), “Os feminismos Brasileiros e suas margens” (no Fazendo Gênero 9, em 2010); “Gênero, loucura e cinema: figuras do sujeito no cinema contemporâneo” (Fazendo Gênero 10) e o texto apresentado no Fazendo gênero 7:

MALUF, Sônia Weidner. Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo. In: *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, v.1, p. 31-44.

Dois outros trabalhos, resultados de uma coorientação no PPGICH/UFSC, e de uma intensa interlocução com Karla Galvão Adrião, foram publicados em forma de capítulo e de artigo:

ADRIÃO, K. G.; TONELI, Maria Juracy; MALUF, Sônia W. Feminismos na academia: entre políticas e teorias In: *Estudos in(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade* Florianópolis : Editora Mulheres, 2010, v.1, p. 91-120.

MALUF, Sônia W.; ADRIÃO, Karla G.; SIQUEIRA, Maria Juracy T. O Movimento Feminista Brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v.19, p. 661-681, 2011.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000300002>

Outras atividades, como organização de mesas e GTs no Fazendo Gênero e publicações, estão citados mais abaixo ou no CV Lattes. O feminismo permanece como uma linha central que atravessa toda a minha produção, os projetos de pesquisa, publicações, disciplinas e orientações. Não me defino com alguém que trabalhe exclusivamente com estudos de gênero ou com a temática de gênero, no entanto, a teoria feminista e os desafios de uma epistemologia feminista têm sempre estado presentes, mesmo quando as temáticas não são especificamente as de gênero.

Entendo, ainda, conforme discuti em alguns artigos, que as grandes mudanças pelas quais passou a antropologia a partir dos anos 1970, em grande parte se devem ao impacto do feminismo e da teoria feminista, que provocou descentramentos nos velhos cânones da disciplina e em seus paradigmas intocáveis, como a reificação de um “outro” etnográfico visto muitas vezes como homogêneo e não atravessado por cortes de gênero, geração, étnico-raciais, de sexualidade.

Em agosto de 2011, o antropólogo estadunidense Roy Wagner esteve como pesquisador convidado no PPGAS/UFSC, a propósito de um colóquio realizado em sua homenagem. No *paper* que apresentei nesse colóquio, apresento uma crítica da reificação da relação de alteridade a partir da dicotomia entre “nós” e os “outros” cultivada nas etnologias ameríndias e melanésias, e o fundamento das discussões atuais sobre a “virada ontológica”. Construí meu argumento a partir dos diálogos com a teoria feminista e à crítica às ontologias (de gênero e outras) elaborada por algumas pesquisadoras feministas. Reproduzo um momento desse texto, publicado posteriormente na Revista *Ilha*.

[E]m grande parte dos trabalhos etnológicos e em sua generalização na literatura antropológica, a alteridade é traduzida a partir do que a gente poderia chamar de uma “metafísica da substância”, alimentada pela crença de que a formulação gramatical “nós e os outros” “reflete uma realidade ontológica anterior de substância e atributo”, para usar uma formulação da filósofa feminista Judith Butler (2003, p. 42). “Nós” e “eles” são tomados, assim, como sítios ontológicos dados e fixos, como a dimensão do dado para a antropologia e como o fundamento do próprio projeto antropológico. (MALUF, 2011: 47)

Retirado do artigo:

MALUF, Sônia Weidner. A antropologia reversa e "nós": alteridade e diferença. *Ilha. Revista de Antropologia* (Florianópolis), v.12, p.41 - 56, 2011.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2010v12n1-2p41>

Foi em grande parte pelos meus trabalhos no campo dos estudos de gênero, passando pela teoria feminista, e também pela experiência trazida pela pesquisa de doutorado, que questões relativas à teoria antropológica e à proposição de uma antropologia do sujeito emergiram.

Antropologia do sujeito, saúde mental e as aflições contemporâneas

A antropologia do sujeito (e suas correlações com antropologia da Pessoa, modos contemporâneos de subjetivação e agenciamentos sociais) é a linha, o fio da meada, que não apenas unifica um conjunto de trabalhos, disciplinas, pesquisas, orientações, publicações que desenvolvi nas últimas duas décadas, mas que se constitui num verdadeiro programa de pesquisa, que vem sendo desenvolvido a longo prazo. Esse

programa de pesquisa começa a ser gestado já no doutorado, quando decidi que a pesquisa de campo se daria a partir dos caminhos traçados pelos sujeitos, o que me fez construir uma análise das novas espiritualidades e culturas terapêuticas a partir do que os sujeitos vivenciam, reúnem e articulam. Essa preponderância metodológica dos sujeitos está em ressonância com outros trabalhos antropológicos realizados naquele momento, que formulavam uma crítica à ausência e mesmo ao apagamento dos sujeitos de pesquisa nas escolhas metodológicas e epistemológicas. Apesar de ser relegada ao que alguns definem como antropologia pós-moderna (atribuída sobretudo aos trabalhos publicados na coletânea organizada por James Clifford e George Marcus, *Writing Culture*, de 1986), essa crítica já havia sido formulada pela própria antropologia feminista e pelos estudos pós-coloniais a partir dos anos 1970. Conforme coloquei em um artigo em que sintetizo parcialmente minha proposta, apresentado mais adiante, essas críticas buscam ressituar e localizar os sujeitos do saber antropológico (masculino, branco, eurocêntrico) e problematizar as questões éticas, políticas e epistemológicas da relação etnográfica entre o/a antropólogo/a e seus objetos/sujeitos de pesquisa. Mais recentemente, autores como Bruno Latour têm apresentado uma proposição que, apesar de não explicitar o diálogo com esses trabalhos anteriores, reproduz em grande parte o que já vinham propondo há algumas décadas: construir a pesquisa de campo a partir do percurso dos sujeitos, ou actantes, rastreá-los, segui-los (Bruno Latour, *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*); no entanto, nessa versão latouriana, que considero um tanto higienizada pela aproximação que faz da antropologia e as ciências naturais, as questões políticas e éticas da crítica ficaram secundarizadas ou invisibilizadas.

Mas há, ainda, outra dimensão do projeto de uma antropologia do sujeito, que busca, para além de pensar o sujeito como *objeto* da antropologia, tomá-lo como categoria de análise e paradigma estratégico para uma abordagem do contemporâneo. Na tese de doutorado, essa discussão aparece mais tangencialmente, quando discuto a concepção de Pessoa e Indivíduo nas novas espiritualidades e culturas terapêuticas. Para tal, dialoguei, inicialmente, com autores que evidenciam, nos novos movimentos ligados ao fenômeno mais amplamente denominado Nova Era, uma ênfase na transformação pessoal e na constituição de um *self* autônomo e *empowered*. Outras duas referências foram importantes para minhas formulações, de um lado os trabalhos sobre

construção da Pessoa na etnologia indígena brasileira (que forneceram instrumentos conceituais e analíticos para abordar a relação entre Pessoa e cosmologia e afirmar que, por trás da aparente fragmentação evidenciada pelos estudiosos do tema, era possível perceber articulações cosmológicas coerentes e estruturadas). De outro lado, foi central o diálogo com os trabalhos de influência dumontiana realizados no Brasil, mais centrados em uma antropologia da Pessoa e no individualismo moderno, em particular Luiz Fernando Dias Duarte, Tânia Salem, Sérvulo A. Figueira, entre outros. Apesar de, em minha análise, procurar relativizar a ideia de um certo individualismo que não correspondia exatamente ao que havia observado em campo, optei por considerar as cosmologias da Nova Era como compondo a configuração individualista moderna, tanto pela ênfase dada ao indivíduo como articulador e sintetizador do universo cosmológico, a partir de articulações feitas no plano das trajetórias e experiências de cada um, quanto pela proeminência do individualismo, da construção de si, como valor central desse universo. No entanto, e nesse ponto procuro trazer um diferencial, não se tratava de qualquer individualismo e sim de um individualismo que denominei “relacional” e, ao mesmo tempo, inacabado – a ideia e a retórica da transformação pessoal como a trama central do que foi observado e narrado.

Foi a partir dos cursos que comecei a oferecer na graduação e na pós-graduação sobre a noção de Pessoa na antropologia, e aos possíveis diálogos com teorias de outros campos, em especial a psicanálise, a teoria feminista e os estudos pós-coloniais, que a questão do Sujeito começou a se delinear de modo mais visível em meus trabalhos.

Em 2002 organizei com Elsje Lagrou um Fórum de Pesquisa na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) sobre Pessoa e Corporalidade, com o objetivo de cruzar perspectivas da etnologia ameríndia com a antropologia urbana. A ideia era pensar tópicos para uma conversa que fosse além do “grande divisor” - etnologia ameríndia e antropologia das sociedades complexas. Nesse GT, apresentei uma proposta de diálogo entre os dois campos, a partir dos temas de Pessoa e Corporalidade. Nesse trabalho, traço o percurso da Antropologia da Pessoa, de Mauss, Durkheim, Lévy-Bruhl e Maurice Leenhardt, a Louis Dumont, incluindo os trabalhos sob sua inspiração na antropologia brasileira (com destaque para Luiz Fernando Dias Duarte), passando pelas etnologias ameríndia e melanésia (Eduardo Viveiros de Castro, Tania S. Lima, Elsje

Lagrou, Marilyn Strathern) e chegando nas discussões sobre *embodiment* (Thomas Csordas), gênero e debates pós-estruturalistas (em especial nesse momento, Joan Scott).

Foi nesse *paper* que comecei a escrever a proposta que foi desdobrada posteriormente em diversos projetos de pesquisa, dois pós-doutorados, várias apresentações em congressos e conferências e um artigo que incorporou essa discussão e foi publicado em 2015 (ou seja, 13 anos após seu início). A história desse artigo é um pouco a história do meu percurso em torno de uma Antropologia do Sujeito.

MALUF, Sônia Weidner. Por uma antropologia do sujeito: da Pessoa aos modos de subjetivação. *Campos* (UFPR). , v.14, p.131 - 158, 2015.

<http://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42463>

E suas versões anteriores:

MALUF, Sônia Weidner. Por uma antropologia do sujeito: diálogos entre antropologia da pessoa e teorias feministas do sujeito (Projeto de Pós-Doutorado). 2004. E respectivo relatório em 2005.

MALUF, Sônia Weidner. Por uma antropologia do sujeito. Cruzamento entre teorias antropológicas da pessoa e teorias feministas do sujeito: gênero, corpo e subjetividade. Projeto de Produtividade em Pesquisa, CNPq, 2006. E seu respectivo relatório, de 2009.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia do sujeito e políticas da vida: uma reflexão sobre biopolítica, experiências sociais e modos de subjetivação no contexto das políticas de saúde mental no Brasil, Palestra no *Seminário dos Professores do Departamento de Antropologia*. Florianópolis, 2011

Além desses trabalhos, fui convidada pelo PPGAS da UFAM para proferir a Aula Inaugural de 2013 e pelo PPGAS da UFPR para ser uma das conferencistas convidadas das Jornadas Antropológicas, tendo sido ambas sobre o tema da antropologia do sujeito:

Por uma antropologia do Sujeito: da pessoa aos modos de subjetivação. Aula Inaugural do PPGAS/UFAM. Manaus, 2013.

Por uma antropologia do sujeito - Conferência nas *Jornadas Antropológicas do PPGAS/UFPR*. Curitiba, 2013.

O tema já aparecia nas disciplinas que ofereci no PPGAS, sobre antropologia da Pessoa a partir de 1998, e sobre sujeito e antropologia do sujeito a partir de 2001 (com *Teoria da Narrativa II - Sujeito, Narrativa e Cultura Contemporânea*, nesse ano; *Tópicos Especiais em Antropologia – Sujeito e Cultura Contemporânea*, em 2003; *Tópicos Especiais em Antropologia – Antropologia da Pessoa e Teorias do Sujeito*, em

2006 e 2009; *Corpo, Sujeito e Poder – Top. Esp. em Antropologia*, em 2010 e *Teorias do Sujeito*, em 2012.

Um dos desdobramentos de minha abordagem em antropologia da pessoa e do sujeito foi o artigo de revisão da literatura antropológica sobre corpo e corporalidade, em que descrevo, de forma bastante sintética e trazendo material de uma disciplina optativa oferecida no PPGAS, a trajetória do conceito na antropologia:

MALUF, Sônia Weidner. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas ISSN 1414-722X. *Esboços (UFSC)*, v.9, p.87 - 101, 2002.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/563>

E ainda na mesma perspectiva, os cruzamentos com corpo, saúde e subjetivação estiveram presentes em dois Grupos de Trabalho que organizei com Marina Cardoso (UFSCar) na V Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2003, e na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2005, momento em que um conjunto de trabalhos, que buscavam articular as discussões sobre pessoa e corporalidade em pesquisas realizadas no meio urbano e os regimes contemporâneos de subjetivação, emergem no campo antropológico.

MALUF, Sônia Weidner; CARDOSO, Marina. Coordenação do Grupo de Trabalho Pessoa, saúde e corporalidade: cruzamentos, na *V Reunião de Antropologia do Mercosul*, Florianópolis, dezembro de 2003.

MALUF, Sônia Weidner; CARDOSO, Marina. Coordenação do GT26 - Fisicalismo e processos de subjetivação: saúde mental na sociedade contemporânea –na *25a. Reunião Brasileira de Antropologia*, 2006.

No projeto estágio pós-doutoral na Inglaterra, entre maio de 2004 e abril de 2005, a proposta de uma antropologia do sujeito aparece de forma mais elaborada e explícita. Com o título: *Por uma antropologia do sujeito: tópicos para um diálogo entre as teorias feministas do sujeito e a antropologia da pessoa*, o projeto propunha pensar as contribuições do pensamento feminista para a elaboração de uma antropologia do sujeito, cuja especificidade em relação a uma antropologia da pessoa é a de não antagonizar com ela, mas trazer para o centro da discussão as *agências* sociais e políticas de sujeitos individuais ou coletivos. A proposta de uma antropologia do sujeito é fundamentalmente uma proposta de antropologia política descentrada das grandes

instituições e focada no que dizem e fazem sujeitos concretos. Uma dos aspectos discutidos em versões posteriores do projeto está ligada à subjetividade - questão central para a teoria feminista e configurada pela filósofa Judith Butler, em diálogo com Hegel, Freud e Foucault (em *The Psychic life of Power*), como uma das dimensões centrais das relações de poder.

O pós-doutorado foi realizado com bolsa da CAPES e em duas instituições britânicas, o *Theory, Culture and Society Center*, da Nottingham Trent University, na cidade de Nottingham, e o *Gender Institute*, da London School of Economics and Social Sciences, em Londres.

A parceria e o diálogo com os colegas do TCS/NTU e do GI/LSE foram extremamente produtivos. Entre as atividades realizadas, destaco as seguintes conferências no TCS e no GI/LSE:

MALUF, Sônia Weidner. New age movements in Brazil, nos *Seminar Series - Theory Culture and Society Centre*, Nottingham Trent University, Conferência no Theory Culture and Society Centre - Nottingham Trent University 2005. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

MALUF, Sônia Weidner. Palestra no Seminário *Theorizing Sexuality Cross-Culturally* - Gender Institute, London School of Economics and Political Science, 2005.

E a publicação de um artigo na *Working Paper Series* do Gender Institute/LSE:

MALUF, Sônia Weidner. Embodiment and desire: All about my mother and gender at the margins. *New Working Paper Series* - Gender Institute/LSE - ISSN 1470-8515, v.14, p.1-17, 2005.
<http://www.lse.ac.uk/genderInstitute/pdf/soniamaluf.pdf>

Particularmente, com o Gender Institute, essa parceria teve continuidade através das interlocuções com a pesquisadora Clare Hemmings, que posteriormente me convidou para ser Corresponding Editor da *Feminist Review* no Brasil, e para participar como conferencista da International Conference Feminist Theory & Activism in Global Perspective e no Feminist Review Workshop, entre 24 e 28 de setembro de 2009, na SOAS (School of Oriental and African Studies), em Londres. A conferência “*Brazilian Feminisms: peripheral and global issues*” foi publicada como artigo na edição digital da *FeministReview*, em 2011, e faz uma análise do feminismo brasileiro a partir do 10º Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, realizado em 2005, e dos debates em torno do *mainstream* feminista e dos feminismos periféricos.

MALUF, Sônia Weidner. Brazilian feminisms: peripheral and global issues. *Feminist Review* (Print), v.1, p.e36-e51, 2011.

<https://pt.scribd.com/document/269908800/Sonia-W-Maluf-Brazilian-feminisms>

Nesse artigo, a discussão sobre as margens do feminismo e as disputas em torno das políticas de identidade é feita com foco na questão dos sujeitos do feminismo e da controvérsia em torno da presença das travestis e transexuais, com direito a voz e voto, nos encontros feministas. Os estudos de gênero, feminismo e a abordagem dos sujeitos do feminismo é um dos desdobramentos do eixo de antropologia do sujeito e suas articulações com os trabalhos no campo da antropologia e do feminismo, discutidos mais acima. Outro desdobramento, e que me levou a um terceiro e mais atual eixo de trabalho, é em relação às políticas de saúde, e mais especificamente saúde mental, e à antropologia do Estado e das Políticas Públicas, que descreverei mais detalhadamente a seguir. É importante ressaltar que, mesmo seguindo uma sequência temporal para falar desses eixos de trabalho, eles se justapõem em determinados momentos, não seguindo uma linearidade cronológica.

Antropologia, Estado e Políticas Públicas – reflexões sobre saúde mental e as biopolíticas contemporâneas

Em 2005, fui contemplada com uma bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, que passou a vigorar em 2006, com o projeto *Por uma antropologia do sujeito: Cruzamentos entre teorias antropológicas da pessoa e teorias feministas do sujeito: gênero, corpo e subjetividade*, dando assim continuidade às reflexões desenvolvidas durante o pós-doutorado na Inglaterra, renovada em 2009 e em 2015, quando passei para Pesquisadora 1D no CNPq.

Após o retorno da Inglaterra em 2005, obtive apoio, através dos editais Universal e de Ciências Humanas do CNPq, para o projeto de pesquisa intitulado *Gênero, subjetividade e 'saúde mental. Políticas públicas, ativismo e experiências sociais em torno de gênero e 'saúde mental'*. A pesquisa desenvolveu-se durante três anos, envolvendo várias frentes (em bairros populares de Florianópolis e arredores, centros de saúde, documentos e políticas de saúde mental, etc.), e resultou na coletânea

Gênero, saúde e aflição, que organizei juntamente com a antropóloga e professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Carmen Susana Tornquist, em 2010.

MALUF, Sônia Weidner; TORNQUIST, Carmen Susana. *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010. 467p.
http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/GENEROSAUDEAFLICAO_livro.pdf

Os capítulos dessa coletânea trazem os resultados das pesquisas realizadas no escopo do projeto que coordenei e também do diálogo com pesquisadores de outras instituições, que contribuíram com textos ligados a suas pesquisas. São artigos sobre mulheres de bairros populares e periféricos de Florianópolis na intersecção entre vida cotidiana, ativismo comunitário e serviços de saúde; deficiência e saúde mental; as voluntárias da Pastoral da Saúde e o trabalho com o sofrimento dos outros e de si próprias; as dificuldades das mulheres cuidadoras em uma comunidade de Florianópolis; questões de gênero da Reforma Psiquiátrica brasileira; os serviços residenciais terapêuticos femininos em Santa Catarina; medicamentos no campo da atenção psicossocial; o discurso psiquiátrico e da indústria farmacêutica em um Congresso de Psiquiatria; os discursos científicos que buscam naturalizar, no cérebro, as diferenças de gênero, e finalmente uma entrevista com Maria Lúcia da Silveira, que realizou um estudo antropológico de grande importância sobre gênero e doenças dos nervos.

Nesse livro publiquei um capítulo que expõe a pesquisa desenvolvida, traçando um panorama dos estudos de saúde mental na antropologia, com o recorte de gênero, retoma as questões que mobilizaram a pesquisa, em torno de uma hegemonia do discurso psiquiátrico e farmacológico no campo das políticas de saúde mental (mesmo aquelas decorrentes da Reforma Psiquiátrica) e busca discutir os principais resultados da pesquisa a partir da identificação de duas lógicas presentes nos discursos, saberes e práticas observados: uma *fisio-lógica*, perspectiva hegemônica nos discursos biomédicos em torno de gênero e saúde mental, focado no conceito de ciclo de vida como nó explicativo da maior “vulnerabilidade feminina” a problemas de saúde mental; e o que denominei de uma *socio-lógica* das mulheres com quem foi feita a pesquisa, focada em suas experiências sociais no bairro, na cidade, no trabalho, envolvendo

violência, exploração e assédio moral no trabalho, luta pela titularização da moradia, entre outras questões.

MALUF, Sônia Weidner. Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais. In: *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, p. 21-67.

http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/GENEROSAÚDEAFLICAO_livro.pdf

Além desses, outros trabalhos resultantes da pesquisa e de orientações realizadas sobre o tema e no escopo desse projeto foram publicados. Os seguintes capítulos:

MALUF, Sônia Weidner. Medicalización y aflicciones contemporâneas: regímenes de subjetivación y tecnologías de género. In: CEPEDA, Albertina. *De las hormonas sexuales alviagra: ciencia, medicina y sexualidad en Argentina y Brasil*. Mar del Plata: EUEM, 2014, v.1, p. 275-294. ISBN: 9789871921270

http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/LIVRO_de-las-hormonas-sexuadas.pdf

ANDRADE, A. P. M.; MALUF, Sônia Weidner. Do hospital psiquiátrico para a cidade: itinerários e experiências de sujeitos nos processos de desinstitucionalização. In: *Psicologia Social e Saúde: da dimensão cultural à político-institucional*. Florianópolis: Edições do Bosque, 2015, v.1, p. 272-294. ISBN: 9788586472213

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132274/Psicologia%20social%20e%20Sa%C3%BAde%20pdfA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

ANDRADE, A. P. M.; MALUF, Sônia Weidner. Cotidianos e trajetórias de sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. In: *Etnografias em Serviços de Saúde*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, v.1, p. 33-56. ISBN: 9788576173755

http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/etnografiasemservicos_versaofinal1-1.pdf

E os seguintes artigos em periódicos:

BITTENCOURT, Silvia Cardoso; CAPONI, Sandra; MALUF, Sônia Weidner. Medicamentos antidepressivos: inserção na prática biomédica (1941 a 2006) a partir da divulgação em um livro-texto de farmacologia. *Mana* (UFRJ), v.19, p.219-247, 2013.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

BITENCOURT, Silvia C.; CAPONI, Sandra; MALUF, Sônia Weidner. Farmacologia no século XX: a ciência dos medicamentos a partir da análise do livro de Goodman e Gilman. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v.20, p.499-519, 2013.

<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n2/0104-5970-hcsm-S0104-59702013005000007.pdf>

ANDRADE, Ana Paula Müller de; MALUF, Sônia Weidner. Sujeitos e(m) experiências: estratégias micropolíticas no contexto da reforma psiquiátrica no Brasil. *Physis. Revista de Saúde Coletiva* (UERJ. Impresso), v.26, p.251-270, 2016.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000100251&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Essa pesquisa introduziu, de forma mais estruturada, outra linha de trabalho, articulada à antropologia do sujeito, a antropologia do Estado e das políticas públicas e

uma reflexão antropológica sobre as biopolíticas contemporâneas. Já tendo trabalhado a questão das políticas públicas e do “Estado em ação”, nos projetos sobre as políticas de saúde mental mencionadas acima, ofereci uma disciplina oferecida no PPGAS em 2010 (*Antropologia e Políticas Públicas*), em que questões relacionadas à antropologia das e nas políticas públicas foram problematizadas, juntamente com questões de moralidades contemporâneas, perspectivas de resistência e políticas de coabitação (a partir de autores como Didier Fassin, Jarret Zigon, Judith Butler, Ernesto Laclau, Giorgio Agamben e Roberto Esposito).

Um dos grandes desafios para o início da pesquisa (e que tem se repetido para todos os projetos que tenho desenvolvido, incluindo os de meus orientandos) foi o trâmite junto ao Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Uma reflexão sobre a questão de ética em pesquisa pode ser encontrada no capítulo, que escrevi juntamente com Jean Langdon e Carmen Susana Tornquist:

Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados In: *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 128-147.

<http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/Eticanapesquisa.pdf>

Entre setembro de 2011 e setembro de 2012 realizei estágio Pós-doutoral junto ao Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux – Sciences Sociales, Politiques, Santé, da École des Hautes Études em Sciences Sociales (IRIS/EHESS), com um projeto que dava continuidade à reflexão sobre sujeito, cidadania, políticas de saúde mental e novos regimes biopolíticos.

MALUF, Sônia Weidner. *Antropologia do sujeito e políticas da vida: uma reflexão sobre biopolítica, experiências sociais e modos de subjetivação no contexto das políticas de saúde mental no Brasil*. Projeto de Pós-doutorado. Financiamento CNPq: Processo n. 200747/2011-8. Período de execução: 01 de setembro de 2011 a 31 de agosto de 2012.

Dialogando em parte com a antropologia do Estado e políticas públicas e em parte com autores que têm pensado as biopolíticas contemporâneas, entre eles Didier Fassin, fundador do IRIS/EHESS, com quem tive um diálogo preliminar em que me introduziu meu futuro supervisor de Pós-doutorado, o professor Marc Bessin. Além de Fassin, outros autores me são referência importante para pensar as biopolíticas

contemporâneas, incluindo Giorgio Agamben, Roberto Espósito, entre outros que têm formulado o conceito de políticas da vida como uma espécie de “linha de fuga” ou linha de resistência em relação às biopolíticas, buscando pensar alternativas mais inventivas. O projeto tinha como objetivo dar prosseguimento à reflexão sobre experiências sociais e políticas públicas no contexto da saúde mental, em torno da questão mais ampla da possibilidade de se pensar outras políticas da vida que escapem ao regime biopolítico que caracteriza a experiência moderna das políticas sociais. Cada vez mais as pesquisas se dirigiam ao que tenho denominado essa zona de confluência, confronto, intersecções, circularidade e interpenetração entre o Estado em ação e os sujeitos e seus agenciamentos de todo tipo.

A escolha por trabalhar com o conceito de agenciamento, a partir das formulações de Felix Guattari e Gilles Deleuze (em *Kafka, por uma literatura menor* e em *Mil Platôs*), não tem como objetivo substituir o conceito de agência ou ação, mas complementá-lo com uma reflexão de que toda a agência é atravessada por diferentes linhas de força, produzindo assim agenciamentos que podem ser tanto de reprodução quanto de resistência, convencionais ou inventivos. O agenciamento comporta diferentes modos e vetores de ação: pode ser tanto altamente institucional, quanto subjetivo; pode ser central e periférico, moral e molecular. Agenciamentos sociais podem ser compostos de diversas agências, e uma ação ou agência específica pode ser produzida por diferentes agenciamentos. Esse é um tema sobre o qual me debruço neste momento e que sintetiza um conjunto de trabalhos que tenho desenvolvido ultimamente.

A escolha do IRIS para fazer o pós-doutorado tinha a ver com a aproximação com a proposta e linhas de pesquisa do Instituto. O IRIS possui quatro eixos de pesquisa: 1) Crítica, pesquisa e escrita; 2) Estado, mundialização, imigração; 3) Desigualdade, violência, gênero; 4) Biomedicina, saúde, trabalho. Em meus contatos e trocas de correspondências com o na época Diretor (e fundador) do IRIS, professor Didier Fassin, este demonstrou um grande interesse pelos meus trabalhos. Além disso, Fassin era, já naquele momento, uma referência importante em minhas discussões sobre biopolítica e políticas da vida, sendo um dos antropólogos que dialoga de modo consistente, sistemático e produtivo com os trabalhos de Michel Foucault.

Durante o estágio junto ao IRIS, estabeleci contato com diversos pesquisadores, participando de seminários, tendo sido convidada a proferir algumas conferências e palestras:

MALUF, Sônia Weidner. Réflexion sur les expériences sociales et les politiques publiques dans le champ de la santé mentale au Brésil. Palestra junto à Equipe 7 "Genre, Santé Sexuelle et Reproductive" - do Centre de Recherche en Épidémiologie et Santé des Populations/ Institut National de La Santé et Recherche Médicale (CESP – INSERM), 2012.

MALUF, Sônia Weidner. Réflexion sur les expériences sociales et les politiques publiques dans le champ de la santé mentale au Brésil, Conferência nos Seminaires de l'Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les enjeux Sociaux (Sciences sociales, Politique, Santé) / École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2012.

MALUF, Sônia Weidner. Vers une anthropologie du sujet: de la Personne aux modes de subjectivation, Palestra no Seminário Palestra no Seminário Produire des subjectivités, hiérarchiser des altérités - de Richard Rechtman; École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2012.

Recebi também um convite como debatedora no *Colloque Traitements et Contraintes. Approche empiriques des dispositifs de prise en charge Institutionnelle*, organizado pelo IRIS/EHESS, com a participação de pesquisadores de diversas instituições. Esse Colóquio foi particularmente interessante em função do diálogo com meus projetos e de uma abordagem das políticas públicas e das instituições a partir das experiências e agências dos sujeitos envolvidos e dos diferentes regimes de subjetivação presentes nessas políticas.

Nos primeiros meses de pós-doutorado, recebi um convite das professoras Fátima Tavares e Francesca Bassi, da UFBA, para colaborar com um capítulo na coletânea que estavam organizando sobre o tema da eficácia simbólica. Como esse era um tema que havia percorrido minha pesquisa de doutorado e alguns outros trabalhos posteriores, aceitei o convite e resolvi fazer uma discussão genealógica sobre o conceito de eficácia e suas diversas elaborações antropológicas - da eficácia ritual de Durkheim, passando por Mauss, Lévi-Strauss, pela pragmática da linguagem, até as discussões contemporâneas sobre performance, agência dos objetos e o conceito de instauração, utilizado por Bruno Latour. Nesse trabalho, mais uma vez releio os clássicos a partir da lição de Jacques Derrida de fazer uma leitura a contrapelo, indo além do que seriam as ideias centrais dos textos, e buscando "elementos residuais ou periféricos que possam ter algum rendimento para uma discussão contemporânea sobre o conceito" (p.30).

MALUF, Sônia Weidner. Eficácia simbólica: dilemas teóricos e desafios etnográficos. In: TAVARES, Fátima; BASSI, Francesca. *Para além da eficácia simbólica: estudos em ritual, religião e saúde*. Salvador: Editora da UFBA, 2013, p. 29-59.
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16787/1/para-alem-da-eficacia-simbolica.pdf>

Durante a estada na França, estabeleci contato, diálogos e interlocuções com Marc Bessin (membro do IRIS/EHESS e meu supervisor de pós-doutorado), Didier Fassin (em seu seminário intensivo sobre Antropologia da Saúde e em outras atividades do IRIS), Richard Rechtman (IRIS), Christiane Veauvy (pesquisadora da Fondation Maison des Sciences de l'Homme - FMSH), entre outros pesquisadores.

O pós-doutoramento junto ao IRIS foi extremamente profícuo, estabeleci uma parceria acadêmica que tem crescido desde lá, principalmente com o professor Marc Bessin. Fui convidada a permanecer vinculada ao IRIS como Pesquisadora Associada, e diversas estudantes de doutorado que oriento junto ao PPGAS têm realizado Estágio Doutoral no IRIS, como as ex-orientandas Mirella Alves de Brito e Fernanda Cruz, que desenvolveram respectivamente pesquisas sobre instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e trajetórias de vida de egressos de instituição de acolhimento de menores infratores. Em março de 2017, outra orientanda, Tatiane Vieira Barros, fará Estágio Doutoral no IRIS, com a pesquisa sobre os Narcóticos Anônimos.

As parcerias e o intercâmbio científico internacional se estendem para outras instituições, através de colóquios conjuntos (nos congressos da Associação Latinoamericana de Antropologia), da rede de pesquisadores do INCT Brasil Plural, dos Estágios doutorais de meus orientandos em outras instituições, como a Università de Torino, Itália, feito por Ana Paula Müller de Andrade; na Universidade de Lisboa, por Rose Mary Gerber e Dalva Maria Soares; e na Université de Lyon, por Maria Fernanda Salvadori Pereira.

Logo após o retorno do pós-doutorado, assumi a coordenação executiva do INCT Brasil Plural e em dezembro de 2012 a vice-direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (sobre o qual falarei mais detidamente abaixo). Mesmo com as atribuições da administração universitária, dei continuidade às pesquisas e elaborei dois projetos que se complementam em torno do tema das biopolíticas, políticas da vida e do conceito de biolegitimidade como dispositivo de justiça e direitos.

Atualmente coordeno esses dois projetos, com recursos do CNPq, o projeto *Políticas públicas, experiências sociais e biolegitimidade: novos regimes biopolíticos, cuidados de si e outras políticas da vida*, da Chamada Universal de 2013; e o Projeto para a bolsa de Produtividade em Pesquisa, em vigor de 2015 a 2019, intitulado *Antropologia do sujeito e políticas da vida: experiências sociais e políticas públicas nos campos de saúde, gênero e cidadania no Brasil*. Este último dá continuidade ao projeto desenvolvido desde 2004, em torno de uma antropologia do sujeito em seus vários desdobramentos.

O primeiro, sobre políticas públicas, experiências sociais e biolegitimidade, reúne a equipe de pesquisadores e estudantes de pós-graduação e de graduação ligados ao Transes e tem como objetivo refletir sobre os efeitos de um processo de patologização, psiquiatrização e medicalização das experiências sociais na produção de políticas públicas e nas ações do Estado no campo dos direitos e da cidadania. O foco é o processo de deslocamento provocado pela extensão dos domínios do patológico para o campo das políticas sociais e do reconhecimento, através do qual a legitimidade de certos direitos e reivindicações de grupos, populações, comunidades ou sujeitos sociais passa pelo crivo do reconhecimento de um transtorno, disfunção, doença. A partir de um diálogo com o antropólogo francês Didier Fassin, utilizo o conceito de biolegitimidade para descrever esse processo. Os desdobramentos dessa dinâmica são os mais diversos e complexos: o alargamento dos campos do patológico e da medicalização (conceito que utilizo para descrever a dimensão medicamentosa dessas políticas, para além da medicalização o sentido amplo) no contexto das políticas de saúde mental e da realização da Reforma Psiquiátrica no Brasil; o reconhecimento pelo Estado das demandas de determinados sujeitos sociais através de seu reconhecimento como portadores de um transtorno (por exemplo os direitos ligados às chamadas “identidades de gênero” de sujeitos transgênero); a adoção de controles medicamentosos de crianças e jovens como política de infância e juventude nas instituições de menores etc. Paralelamente, estão sendo abordadas as experiências, práticas e agenciamentos dos sujeitos envolvidos nessas políticas públicas e suas estratégias e modos de reinvenção social.

A pesquisa está sendo realizada em três campos etnográficos articulados: políticas públicas e ações do Estado; experiências e agenciamentos sociais; conexões e

dissensos entre os saberes envolvidos e que constroem campos de legitimidade nesse contexto. A proposta geral é de dar continuidade à abordagem das biopolíticas contemporâneas e à reflexão sobre o reconhecimento de outras políticas da vida.

O projeto amplia a perspectiva de abordagem etnográfica para além do campo da saúde mental, que vinha trabalhando prioritariamente desde 2006, incluindo outras dimensões complementares, como as políticas de infância e juventude, as instituições e acolhimento, entre outros temas.

Nessa perspectiva, organizei, juntamente com Érica Quinágua Silva (da UnB), grupos de trabalho na *XI Reunião de Antropologia do Mercosul* (Montevideu, Uruguai, 2015) e na *30ª Reunião Brasileira de Antropologia* (João Pessoa, PB, 2016), sobre *Agenciamentos sociais e políticas públicas em saúde*, reunindo pesquisas que confrontam experiências, agenciamentos sociais e resistências face a práticas estatais ou governamentais de gestão da vida, traduzidas em políticas públicas de saúde. Estamos também organizando uma coletânea sobre o tema, reunindo os trabalhos apresentados e de autores convidados.

Além dos trabalhos orientados, das apresentações em congressos e parcerias em torno desse projeto, publiquei na *Vibrant* – Revista da Associação Brasileira de Antropologia, um artigo com as reflexões e resultados das primeiras etapas da pesquisa, a partir de uma etnografia feita nos documentos das políticas públicas sobre saúde mental e saúde da mulher e o conceito de “ciclo de vida”.

MALUF, Sônia Weidner. Biogitimacy, rights and social policies: New biopolitical regimes in mental healthcare in Brazil. *Vibrant*, v.12, p.321-350, 2015.
<http://www.vibrant.org.br/sonia-weidner-maluf-biogitimacy-rights-and-social-policies/>

Os desdobramentos desse projeto prosseguem, com uma pesquisa de campo envolvendo uma equipe de bolsistas de de Iniciação Científica e uma pós-doutoranda nos arquivos do Hospital Colônia Santana/Instituto de Psiquiatria de SC, envolvendo o acervo do CEDOPE (Centro de Documentação e Pesquisa do Ipq/SC): prontuários, livros de registro, livros de ocorrência, fotos e vídeos, produções artísticas e literárias dos internos, de 1941 a 1980. A pesquisa nos arquivos do CEDOPE visa traçar alguns elementos para descrever o cotidiano da instituição em seus primeiros anos e as

trajetórias de alguns sujeitos, que pretendemos rastrear a partir da documentação disponível.

Em 2014, coordenei a realização do I Colóquio Sujeitos e Políticas Públicas, com o objetivo de debater trabalhos que confrontam a abordagem antropológica de políticas públicas e dos sujeitos alcançados por essas políticas, com a apresentação de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e doutorandos. Diversos pesquisadores estiveram presentes, entre eles Theophilos Rifiotis (que coorganizou o evento), Alberto Groisman, Sandra Caponi e Esther Jean Lagdon (UFSC), Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC/RS), Henrique Nardi (UFRGS) e Marc Bessin (IRIS/EHESS), que proferiu a conferência de abertura. Atualmente o Transes está organizando o II Colóquio, que irá acontecer em junho de 2017.

Em janeiro e fevereiro de 2015, fui selecionada pela Fondation Maison des Sciences de l'Homme para atuar como Directeur d'Etudes Associée na FSMH, com recursos da própria Fundação. Nessa ocasião, desenvolvi um plano de atividades ligado ao projeto de pesquisa *Expériences sociales, politiques féministes et politiques publiques de santé mentale des femmes au Brésil et en Amérique du Sud*, e participei de diversas atividades a convite da pesquisadora da FMSH Christiane Veauvy, como palestras (*Politiques publiques, santé mentale et féminismes en Amérique du Sud et éléments de comparaison avec l'Europe*), debates (debatedora da Mesa Redonda Internacional 'Démocratie et mondialisation. Au-delà de la fracture imaginaire Orient/Occident. Politique, sujet, pensée', avec Alain Touraine et Georges Corm), contatos com pesquisadoras. Também recebi o convite para conceder uma entrevista sobre minha trajetória de pesquisa para o projeto *Archives Audiovisuelles de La Recherche*, da FMSH (a entrevista pode ser acessada em <http://www.archivesaudiovisuelles.fr/2343/home.asp>).

Outras linhas de trabalho – religião, mídias, corpo e performance

A antropologia da religião é também um eixo temático que atravessa parte de minha produção e das minhas pesquisas, com algumas continuidades a partir da pesquisa de doutorado e das orientações, principalmente em relação às religiosidades afrobrasileiras e afroamericanas. Parte dos trabalhos que tenho publicado representam

algumas continuidades em relação à tese de doutorado, a retomada de algumas discussões e análises e o aprofundamento em questões conceituais e metodológicas, outra parte são incursões em outros universos de pesquisa, como as religiosidades afrobrasileiras, religião e gênero, entre outros temas.

No ano de 2000 organizei o GT Gênero e Religião, nas *XIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*, Porto Alegre, PUC/RS, 2000. Nesse encontro, apresentei uma reflexão inicial buscando explorar alguns debates teóricos no campo dos estudos de feminismo e religião.

Exploro algumas temáticas cruzadas entre gênero e religião e Nova Era e corporalidade nos seguintes artigos, que também foram apresentados na e no *III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde*, Florianópolis, UFSC, 2005.

MALUF, Sônia Weidner. Gênero e Religiosidade: duas teorias de gênero em cosmologias e experiências religiosas no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, v.99, p.5-19, 2007.

http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/APM_maluf-sonia-weidner-genero-e-religiosidade-duas-teorias-de-genero-em-cosmologias.pdf

MALUF, Sônia Weidner. Da mente ao corpo? A centralidade do corpo nas culturas da Nova Era. *Ilha. Revista de Antropologia (Florianópolis)*, v.7, p.147-161, 2007.

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/1577/1342>

Uma proposta metodológica de pesquisa, em uma perspectiva crítica do conceito de religião é desenvolvida no artigo:

MALUF, Sônia Weidner. Além do templo e do texto: desafios e dilemas dos estudos de religião no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, v.124, p.5-14, 2011.

<http://apm.ufsc.br/files/2011/05/124.pdf>

Recentemente, publiquei dois verbetes na *Encyclopedia of Latin American Religion*, em que busco trazer um pouco do estado da arte nas pesquisas sobre as duas temáticas e expor os debates centrais em relação a cada uma delas:

MALUF, Sônia Weidner. Gender and New Age In: *Encyclopedia of Latin American Religions*.1 Springer International Publishing, 2015, v.1, p. 1-5.

http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-08956-0_29-1

MALUF, Sônia Weidner. Neo-paganism In: *Encyclopedia of Latin American Religions*. Springer International Publishing Switzerland, 2015, v.2, p. 6-11.
ISBN: 9783319089560
<http://link.springer.com/referencework/10.1007/978-3-319-08956-0/page/n/1#page-1>

Outra linha de trabalho que percorre minhas pesquisas e orientações está relacionada ao que se poderia denominar de modo mais amplo linguagens, corporalidades e formas expressivas. Nesse eixo entram os trabalhos sobre mídia, em especial cinema, corporalidade e performance, além das citadas acima, em que esses temas se cruzam com os estudos de gênero. O artigo com Joana de Conti Dorea foi resultado de um TCC em Ciências Sociais que orientei, em que foi feita uma análise do filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho. No artigo, analisamos a “voz” da personagem feminina central do filme, num diálogo com as teorias feministas e pós-coloniais, em especial com a discussão de Gayatri Spivak sobre a possibilidade de que se produza um discurso audível a partir da subalternidade.

MALUF, S. W.; DOREA, J. C. A dona da história: trajetória de Elizabeth no filme *Cabra marcado para morrer*. *Antropologia em Primeira Mão*, v.121, p.5-19, 2010.
<http://apm.ufsc.br/files/2011/06/121.-DOREA.-Joana-de-Conti.-e-MALUF.-S%C3%B4nia-Weidner.-A-dona-da-hist%C3%B3ria-trajet%C3%B3ria-de-Elizabeth-no-filme-Cabra-marcado-para-morrer.-2010.pdf>

No mesmo ano publiquei, na revista *Ilha*, uma sessão temática sobre Antropologia e Comunicação, organizada com Nara Magalhães (UFRGS) e Sergio Caggiano (Univ. de La Plata, Argentina). A Seção reúne trabalhos apresentados no GT “Antropólogos e as interpretações de interpretações da mídia”, da VII Reunião de Antropologia do Mercosul (VII RAM), realizada em Porto Alegre, em julho de 2007.

MALUF, Sônia Weidner; MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli; CAGGIANO, Sergio. As mídias em múltiplas perspectivas. *Ilha*. Revista de Antropologia (Florianópolis), v.10, p.10-16, 2010.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/issue/view/1547>

Outras publicações e trabalhos nessa área podem ser observados em meu currículo Lattes: lattes.cnpq.br/8292062616231105.

O INCT Brasil Plural – pesquisas em rede e de alto impacto social

No ano de 2008, quando era coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, elaborei, juntamente com colegas do PPGAS e da UFAM (Universidade Federal do Amazonas), em especial Deise Luci Montardo, um projeto para participar da Chamada para os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. O projeto atendeu a uma das demandas induzidas, cuja temática era Amazônia. O projeto, originalmente chamado de “Amazônia Plural”, foi aprovado, com a indicação de que deveria se estender para Santa Catarina e outras regiões do Brasil, tornou-se o INCT Brasil Plural, do qual sou Coordenadora Executiva, Esther Jean Langdon, Coordenadora, e Deise Luci Montardo como Coordenadora no Amazonas, funcionando há sete anos, e tendo sido aprovado novamente no Edital de 2014, para mais seis anos.

O projeto do IBP tem vários desdobramentos e objetivos, entre eles, desenvolver um programa comum de pesquisas comparadas; realizar pesquisas que produzam impactos sociais, tanto para o fortalecimento das populações estudadas quanto na contribuição para a formulação de políticas públicas; produzir metodologia inovadora, que considere a pluralidade dos saberes; promover a democratização do acesso ao conhecimento científico, e antropológico em particular; contribuir para uma revisão crítica do conceito de inovação da ciência, buscando pensá-la para além da inovação tecnológica e para além de uma visão de desenvolvimento limitada ao desenvolvimento tecnológico, refletindo sobre os impactos de uma ciência plural na própria produção do conhecimento, entre outros aspectos.

Reunindo cerca de 60 pesquisadoras/es, de várias instituições do país, mas cujos pólos são a UFSC, em Florianópolis, e a UFAM, em Manaus, o IBP nestes setes anos de funcionamento realizou uma considerável produção científica, envolvendo publicações, orientações, produtos de divulgação científica e de formação, exposições museológicas, vídeos, a Coleção de livros Brasil Plural (em parceria com a editora da UFSC), da qual sou coordenadora.

As principais linhas de pesquisa do IBP são: Saúde: Práticas locais, experiências e políticas públicas; Cidadania e direitos; Patrimônio, cultura e arte; Saberes, políticas e socialidades em comunidades tradicionais. E os grandes eixos de trabalho são a

proporcionar a visibilidade e o reconhecimento das populações estudadas; contribuir para avaliação, crítica e elaboração de políticas públicas e políticas sociais voltadas a essas populações; repensar a ciência e refletir sobre a construção de uma ciência plural, fundamentada no compartilhamento de saberes; e promover a transmissão, a divulgação científica e a educação.

Um resumo da proposta do IBP, e de algumas de suas pesquisas já finalizadas, pode ser encontrado no site <http://brasilplural.paginas.ufsc.br/> e no vídeo apresentado no Seminário Nacional dos INCTs, em julho de 2013, em Brasília: <https://www.youtube.com/watch?v=f6pC2jIwf-g#t=45> e também em minha entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=BS6423BUYSU>

As atividades do IBP e seu projeto dizem muito da antropologia que desenvolvo nos últimos anos, voltada para pensar os grandes problemas relacionados a desigualdade social, justiça, acesso à cidadania, impactos ambientais, respeito à diferença e à diversidade. Desenvolver programas de pesquisa em que o objetivo não seja apenas retratar, mapear, cartografar e descrever a diversidade cultural brasileira, mas também produzir instrumentos que subsidiem políticas sociais e políticas públicas no sentido da garantia dos direitos e da autodeterminação dessas comunidades e dessas populações.

VIII

Extensão – Os impactos sociais da pesquisa e do ensino

Entendo a extensão universitária como um efeito e resultado das pesquisas realizadas, dos trabalhos orientados, do ensino – principalmente no que diz respeito aos impactos sociais da produção acadêmica. Percebo que minhas atividades sempre produziram algum efeito, mas nos últimos anos mudou a qualidade desse impacto e a prioridade que essa dimensão acabou ganhando. Certamente o impacto social da pesquisa e a perspectiva de uma antropologia implicada com as questões de seu tempo é um dos vetores de minhas prioridades e atividades acadêmicas hoje.

Um primeiro tipo de efeito da pesquisa está ligado às contribuições que os estudos que desenvolvo, coordeno ou oriento podem trazer, em diversas dimensões, para as comunidades e sujeitos sociais pesquisados, mas também para a avaliação, crítica e elaboração de políticas públicas. As pesquisas que desenvolvi nos últimos anos têm como espaço social o que tenho definido como a zona de confluência entre, de um lado, o Estado em ação, através de políticas públicas e modos de governamentalidade; e, de outro, os sujeitos em seus diferentes agenciamentos, produzindo um tipo de material etnográfico que pode ser de grande utilidade para se repensar determinadas políticas, para muito além de uma mera instrumentalização da pesquisa etnográfica para validar ações do Estado. Vou descrever dois exemplos em relação a esse aspecto.

Um primeiro exemplo é a pesquisa com mulheres usuárias dos serviços de saúde e redes psicossociais, cujo sofrimento é reconhecido pelo Estado a partir do estabelecimento de um diagnóstico no campo da saúde mental, mas que, na pesquisa de campo trazem outras perspectivas para localizar seus sofrimentos e aflições, ligadas não a questões de ordem bio-psico-médica, mas à experiência da violência dentro e fora de casa, da exploração e assédio moral no trabalho, do desempoderamento crescente em relação às várias dimensões de suas vidas. Alguns resultados da pesquisa evidenciam o reducionismo fiscalista das políticas de saúde mental para mulheres, construídas a partir da noção de “ciclo de vida”, ou seja, de sua carreira reprodutiva, e o alto grau de medicalização dessas mulheres com psicofármacos. Como conclusão, enumeramos uma série de questões referentes às políticas de saúde mental e às redes psicossociais, entre elas a necessidade de um balanço crítico das práticas institucionais e da realidade de hipermedicalização das mulheres e de outros segmentos da população; a confusão entre democratização e universalização do acesso à saúde e a distribuição de medicamentos; a necessidade de se repensar o atendimento básico em saúde mental e a adoção de uma política terapêutica menos medicamentosa; a necessidade de se repensar os modelos de cuidado, saúde, doença, sofrimento e cura também nas políticas oficiais de saúde da mulher; a ruptura com um modelo de saúde da mulher assentado na visão fiscalista do “ciclo de vida” e das fases da vida reprodutiva das mulheres e como determinantes de maior ou menos “vulnerabilidade” destas a problemas de saúde mental e o reconhecimento de outros saberes e modos de lidar com a aflição e o sofrimento, para além do paradigma biomédico ou psicologizante.

Outro exemplo de impacto social da pesquisa é a tese de doutorado de Rose Mary Gerber, *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Litoral de Santa Catarina*, que, além de dar visibilidade à existência de mulheres na profissão de trabalhador da pesca (não reconhecidas pelo Estado), tem servido como peça para que as pescadoras pesquisadas obtenham direitos junto ao INSS e ao Ministério do Trabalho.

Uma segunda forma de produção de impactos sociais a partir da pesquisa é a participação direta em órgãos, instituições e projetos ligados a políticas sociais. Destaco minha participação no GT de Desinstitucionalização da Saúde Mental em Santa Catarina, criado em 2006 e do qual participei desde o início, juntamente com profissionais que atuam no campo da saúde mental, médicos, psicólogos, enfermeiros, gestores, e representantes dos usuários dos serviços de saúde mental. Minha participação no GT teve um duplo objetivo, de um lado contribuir com a discussão antropológica e com uma abordagem etnográfica do Censo da Saúde Mental em Santa Catarina; e realizar uma pesquisa dentro do próprio GT, considerando-o parte da política pública em saúde mental. Essa experiência e a questão da devolução da pesquisa para o Estado são discutidas no artigo *Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções*, apresentado na Mesa Redonda durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia e recentemente submetido à revista *Saúde e Sociedade*.

O terceiro tipo de impacto produzido pelas pesquisas está ligado à divulgação e ao acesso à produção científica e à sua transmissão. Essa dimensão está ligada também à tradução para outras linguagens e à confecção de materiais didáticos acessíveis a públicos específicos (como professores/as da rede pública, gestores/as etc.) ou mesmo a públicos mais amplos. Algumas realizações quanto a esse aspecto já foram relatadas acima, entre elas entrevistas para documentários e mídias impressas e audiovisuais, a produção de peças culturais ou artísticas a partir de alguns trabalhos realizados, como os dois filmes a que me referi acima (*Bruxa Viva* e *A Antropóloga*) ou a exposição *Religiosidades na Cidade Baixa*, realizada no Museu de Porto Alegre. No projeto do INCT Brasil Plural muitos são os projetos ligados à divulgação científica e ao acesso à pesquisa antropológica, e, como gestora do Instituto, percebo a importância de que os

projetos de pesquisa incluem uma dimensão relacionada à sua tradução e acesso a outros públicos.

IX

Política e gestão universitária

Apesar de não ter nunca ter tido o projeto de construir uma carreira acadêmica relacionada à administração universitária, mas talvez por um perfil ativo e propositor nos diversos colegiados, conselhos e fóruns nos quais atuei, acabei assumindo ao longo da carreira diversos cargos de coordenação e chefia. Fui vice-coordenadora do curso de Comunicação-Jornalismo entre 1989 e 1990; Chefe do Departamento de Antropologia em 2003-2004 (já tendo sido subchefe no período anterior); Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia em 2005 e em 2008-2010 (tendo sido vice-coordenadora em 2006-2008). Nesse período, integrei o Comitê do PROF/CAPES da UFSC.

No retorno do pós-doutorado na França, em setembro de 2012, assumi a Coordenação Executiva do INCT Brasil Plural, de cujo Comitê Gestor já participava.

Paralelamente, acabei participando de uma série de conversas com colegas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas em relação à sucessão na direção de Centro, e acabei, por pressão dos colegas, compondo uma chapa com o colega Paulo Pinheiro Machado, ele na Direção e eu na Vice-Direção. Com a proposta de fazer as ciências humanas ocuparem o lugar de “pólo irradiador de ideias e projetos que revigoram a vida universitária e, ao mesmo tempo, de luta pela manutenção de conquistas sociais, como o ensino público, gratuito de qualidade e socialmente referenciado” (*Programa da Chapa CFH Presente*), ganhamos as eleições. Assumi a vice-direção do CFH em dezembro de 2012, na gestão que finalizará em 26 de dezembro de 2016. Pelo cargo, ocupei uma vaga de suplente no Conselho Universitário, o que me permitiu participar ativamente nos grandes momentos do conselho nesses últimos quatro anos, defendendo o espaço das ciências humanas na UFSC. Minha sorte foi a grande afinidade política e de

compreensão sobre a universidade com o colega Paulo Pinheiro Machado, com quem a parceria e a lealdade nos momentos mais críticos da gestão foram fundamentais.

Em julho de 2013 tive a honra de ser convidada para proferir a Aula Magna de abertura do semestre para os calouros da UFSC do segundo semestre, e intitulei a aula: “Uma universidade com as muitas caras do Brasil”, focando minha fala na exclusão social na história da universidade brasileira e em uma avaliação como essa universidade vem mudando sua cara nos últimos anos, entre elas a UFSC, com suas políticas de ação afirmativa, cotas e vagas suplementares para negros e pardos, indígenas e quilombolas, com a Licenciatura Intercultural Indígena, com a adoção do nome social para transexuais e travestis, entre outras medidas. Alertando para o fato de que muito há ainda a ser feito, além da vigilância permanente em relação às tentativas frequentes para voltar atrás nessas políticas.

Por uma série de circunstâncias, acumulei a vice-direção com a direção do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC (MARquE/UFSC), com o objetivo de reestruturar o Museu em direção a um projeto mais acadêmico e integrado ao CFH. A atuação no Museu foi uma das atividades mais árduas de minha experiência como gestora, pois me debati com uma estrutura que havia criado um tipo de isolamento do museu em relação à universidade, com poucos e valorosos técnicos-administrativos que estavam envolvidos em um conflito cristalizado de um modo como nunca havia visto na universidade. O Museu havia sido em sua origem o antigo Instituto de Antropologia da UFSC, criado pelo professor Oswaldo Rodrigues Cabral (que hoje lhe dá o nome) e embrião do atual CFH e das áreas de Antropologia e História da UFSC. O MARquE possui uma coleção etnológica e arqueológica de referência no Sul do Brasil e uma coleção de cultura popular, com ênfase nos trabalhos do pesquisador, artista e folclorista Franklin Cascaes. Meu trabalho no Museu foi de, por um lado, construir formas de institucionalidade, realizando reuniões sistemáticas com a equipe de técnicos, e alguns professores que ajudaram a compor um conselho consultivo, elaborando um Regimento, um Plano Museológico, e um cronograma de exposições e de atividades. Por outro lado, foi necessário elaborar um projeto acadêmico para o Museu, reaproximando-o do CFH e dos cursos de graduação e pós-graduação, através de projetos de pesquisa, de estágio, bolsas de extensão, IC, e da criação da Divisão de Ensino. Durante esses três anos, a equipe do MARquE conseguiu

organizar duas exposições de grande porte (*Arqueologia em Questão*, com uma narrativa expográfica sobre a arqueologia do/no litoral de Santa Catarina e a exposição *Cascaes no MARquE*, com desenhos e peças em barro de Franklin Cascaes), ambas ainda abertas. Finalizei minhas atividades na direção no MARquE em abril de 2016, com a aprovação do novo Regimento e do Plano Museológico e a escolha de uma nova direção.

Também em função da vice-direção do CFH, assumi nesses quatro anos a coordenação do projeto do Centro de Pesquisa e Documentação da UFSC, projeto que envolve 31 pós-graduações e que tem como objetivo constituir arquivo de referência que centralize os principais acervos de pesquisa da UFSC e outros que virem a entrar sob a tutela da universidade. Para se ter uma idéia desses acervos, já mapeamos informalmente alguns deles: o acervo de pesquisa do prof. Silvio Coelho dos Santos (antropólogo); parte dos acervos do prof. Milton Santos (geógrafo); acervos manuscritos inéditos do escritos Jorge Amado (a famosa “Mala de Jorge Amado”, sob guarda do Nulime/CCE); os arquivos da Comissão da Memória e Verdade da UFSC, referentes ao período dos governos militares e aos expurgos, perseguições e repressão na UFSC nesses anos. Neste momento o CPD está realizando um mapeamento dos acervos da UFSC, buscando construir um quadro do potencial de acervos de pesquisa da universidade.

Coordeno também a Comissão de Revitalização do Bosque do CFH, que realizou atividades de recuperação ambiental e acadêmica da área de preservação permanente próxima ao CFH: fechamento do estacionamento que causava deterioração ambiental da área, realização de vários mutirões de limpeza e plantio de mudas nativas, e substituição dos eucaliptos (em vias de corte) por árvores nativas, incentivo a projetos culturais e ecológicos junto ao bosque (entre eles o Projeto Cultura Viva no Bosque, que coordenei com dois bolsistas), entre outros. Os resultados desse trabalho já podem ser notados, com o retorno de uma fauna que havia desaparecido, como pica-paus, gralhas azuis, aracoãs, jabutis, e até uma família de jacarés que circula pelo córrego. O Bosque do CFH é um dos embriões do futuro Parque Universitário da UFSC, área de preservação, de lazer, de práticas pedagógicas e de pesquisa, aberta à comunidade.

São muitas as questões de política universitária e acadêmica que percorrem cada um desses cargos em suas especificidades. Mas alguns princípios gerais sempre

estiveram presentes para mim, entre eles a defesa da autonomia universitária; a defesa e o exercício da democracia na gestão, ouvindo e respeitando os conselhos e colegiados, órgãos com prerrogativa de decisão acima das chefias, coordenações e direções; a priorização radical dos princípios pedagógicos sobre quaisquer outras lógicas, como as punitivas ou repressivas; a defesa de uma universidade inclusiva, com políticas de ações afirmativas e de políticas de permanência; a defesa do espírito científico e acadêmico, da liberdade de cátedra e de expressão, e da qualidade, densidade e consistência do conhecimento produzido. Ao mesmo tempo, concebo o espaço universitário como uma extensão da sociedade, e neste sentido ele é também, à sua maneira específica, um campo de disputas atravessado por diferentes linhas de força, e para as quais sempre precisamos estar atentos e exercendo permanentemente nossa crítica arqueológica e genealógica, e nossa vigilância epistemológica incansável.

X

Encerrando – impermanências, resistências

Nem sempre a defesa desses princípios é tarefa fácil. Um episódio ocorrido em 25 de março de 2014 no CFH me deu a dimensão disso. Esse episódio foi uma ação extremamente violenta iniciada por alguns agentes da Polícia Federal e posteriormente por um batalhão de tropa de choque da Polícia Militar, que, sob a alegação de estarem investigando o tráfico e o consumo de drogas no campus, promoveram uma cena de guerra dentro do bosque do CFH e arredores, incluindo tiros de balas de borracha, bombas de gás e sprays de pimentas, disparados sem trégua e atingindo inclusive as duas creches que funcionam dentro do campus, ao lado do CFH. Uma cena que não havia presenciado nem na época de faculdade, quando ainda vivíamos o período repressivo dos governos militares. A ação foi desastrosa e sem resultados efetivos quanto ao seu “motivo”, a apreensão de drogas. No entanto, mais de 25 estudantes e alguns/as professores/as, inclusive aposentados/as que estavam num auditório próximo, participando de uma assembleia do sindicato, saíram feridos.

Os debates, dentro e fora da universidade, que se seguiram a esse episódio, mostraram a importância da defesa dos princípios que enumerei acima. A relativização desses princípios, por parte de alguns colegas da UFSC, em nome da defesa do que seria um poder discricionário das polícias, trouxe-me um sentimento de receio pelo que estava por vir, nas universidades e no país. O curto tempo de dois anos veio mostrar que meus receios não existiam em vão. Tudo aquilo (não só os episódios na UFSC, mas o que vimos em outras universidades do país no período) foi apenas um ensaio tímido do golpe de Estado que vivemos hoje no Brasil, sustentado não pelo exército nas ruas, como em 1964, mas pelo aparato jurídico-midiático-policial. As consequências do golpe estão a se fazer sentir a cada dia nas universidades e no sistema educacional brasileiro, com os cortes de recursos, a Medida Provisória da reforma do ensino médio, a ameaça de corte de direitos da categoria dos docentes de ensino superior e do ensino básico, a desmoralização do magistério como profissão, o projeto de “escola sem partido”, o esvaziamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, só para citar uma pequena parte do que já está aí. Talvez ninguém pudesse imaginar que as coisas mudariam tão rapidamente. Enfim...

Escrever um memorial de minha trajetória acadêmica neste momento histórico não deixou de ser uma tarefa sofrida, pelo estranhamento que tudo o que foi relatado aqui me provoca, lido a partir do momento presente, em que muito do que considero conquistas e vitórias, minhas, de meus colegas e estudantes, parece efêmero e facilmente desmontável. O tempo urge.